



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO

## **RELATÓRIO DE TRABALHO DE CAMPO<sup>1</sup>**

**TÍTULO: O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DO/NO  
CAMPO EM ABAETETUBA-PA: UM ESTUDO DE ESCOLAS ÀS MARGENS DAS  
ÁGUAS**

**ABAETETUBA/PA  
2023**

---

<sup>1</sup> Este Relatório de Trabalho de Campo é uma atividade aceita, conforme a Instrução Normativa Nº 01/2023 – PROEG/UFPA (Art. 4º, inciso VI), assim contemplou um projeto de pesquisa com plano de iniciação científica, pela condição de voluntário(a) no EDITAL PIVIC - 16/2022 (01/08/2022 a 31/07/2023).

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO

**TÍTULO: O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DO/NO  
CAMPO EM ABAETETUBA-PA: UM ESTUDO DE ESCOLAS ÀS MARGENS DAS  
ÁGUAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge.

**ABAETETUBA/PA  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C331a Carvalho, Regiane Corrêa de.  
O atendimento da educação infantil de crianças do/no campo  
em Abaetetuba-Pará: : um estudo de escolas às margens das águas /  
Regiane Corrêa de Carvalho. — 2023.  
99 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Atendimento. 2. Educação infantil. 3. Crianças. 4.  
Contexto ribeirinho/Quilombola. I. Título.

CDD 370

---

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO

**TÍTULO: O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DO/NO  
CAMPO EM ABAETETUBA-PA: UM ESTUDO DE ESCOLAS ÀS MARGENS DAS  
ÁGUAS**

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge - Orientadora  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Profª. Dra. Maria Natalina Mendes Freita - Membro  
Universidade Federal do Para (UFPA)

---

Profº. Msc. Rosenildo da Costa Pereira - Membro  
SEMEC, Abaetetuba-PA

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus filhos Renan e Ana Caroline por compreenderem minhas ausências, quando precisei estar longe em função dos estudos e não me deixaram desistir.

Ao meu companheiro de vida e de caminhada Anderson, por todo incentivo e compreensão nos momentos de angústia e stress durante esta empreitada.

Aos meus pais, Maria Regina e Bernardino pelo apoio incansável e pelo incentivo nos momentos difíceis e aos meus irmãos Bruno, Léo, Leida, Deise, Diel e Maria José (Zeca), por acreditarem em mim.

A todos os professores, pelos ensinamentos propiciados durante o curso. Em especial, a Profa. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge, minha orientadora, pela rigidez necessária e incentivos amigáveis. Sempre na busca do meu sucesso, foi essencial, na condução do meu aprendizado.

A minha equipe de trabalhos, juntos desde o começo e durante todo o percurso, campeões em apresentar o seminário por primeiro, Vanessa, Tânia Mayara, Henrique e Christian. E as “Sem Filtro” pelo apoio mútuo.

Em especial agradeço a minha amiga Ivone, que conheci ainda menina e nos reencontramos na UFPA, quando ela já era uma potência de mulher, pela ajuda mútua e apoio incondicional.

Ao meu amigo Isaías por todo companheirismo e disposição em ajudar-me nesta empreitada, com destaque aos percursos Abaeté/ilhas/Abaeté, sendo imprescindível.

As EMEIF Santa Ana e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por me receberem de portas abertas, disponibilizando o necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

A Universidade Federal do Pará-UFPA. E a todos as pessoas com as quais convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Meu muito, Obrigado!

**Resumo**

Este relatório de campo propôs-se a analisar as condições de atendimento escolar ofertado às crianças de Educação Infantil do campo, especialmente nas comunidades do rio Tauerá-Açú e Arapapú, situadas no município de Abaetetuba-PA. A investigação de abordagem qualitativa, envolveu o aprofundamento bibliográfico e documental concernente ao tema bem como foi realizada pesquisa de campo com o uso de observação, de entrevistas e da fotografia. Como parte dos resultados obtidos pelo estudo, constatamos que a educação do campo nas escolas de educação infantil em contexto ribeirinho/quilombola, ditam um tipo de cultura escolar exigindo ser diferenciado dado sua mistura com os nexos dos modos de vida com suas movimentações e ambientes/espacos de águas, da terra e das matas/floresta. Assim, vimos que condições de atendimento para essas escolas dão-se em condições mínimas considerando as atuais legislações educacionais e específicas para esses territórios e no tocante a EI. Ainda, constatamos que as crianças têm um saber que é sedimentado entre pares e nas práticas com os adultos, que perpassa também pela escola em diversas formas de socialização nas comunidades.

**Palavras-chave:** Atendimento; Educação Infantil; Crianças; Contexto Ribeirinho/Quilombola.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
Itinerário Metodológico .....	10
<b>2 SOBRE ESCOLAS DO CAMPO NO CONTEXTO RURAL-RIBEIRINHO.....</b>	<b>14</b>
2.1. Desde o contexto rural-ribeirinho até as escolas às margens das águas: alguns referenciais.....	17
2.2 Sobre as condições de atendimento escolar nas escolas Santa Ana e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	22
<b>3. AS CRIANÇAS NAS ESCOLAS E NAS COMUNIDADES: DE SUAS PRÁTICAS SOCIAIS Á PRÁTICA DE APRENDER NA ESCOLA.....</b>	<b>44</b>
3.1. Sobre as gramáticas sociais das crianças nos espaços interáguas.....	44
3. 2. Do cotidiano das crianças ao chão da escola.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>96</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atendimento educacional está relacionado a diversos objetivos de funcionamento e desempenho dos estudantes, diz respeito a qualidade pedagógica e a quantidade de insumos dispensados para viabilizar o ensino. Assim, este trabalho versa sobre o atendimento escolar, levando em conta as relações entre escola-comunidade-pais, a cultura organizacional, os processos curriculares, pedagógicos e institucionais, sempre pensando no ensino-aprendizagem de toda comunidade escolar. No âmbito da Educação Infantil (EI) significa atender/realizar/proceder conforme os critérios de atendimento de escolas infantis que respeite os direitos fundamentais das crianças (CAMPOS, 2009).

Nesse sentido, o atendimento às crianças em idade da EI deve ser disponibilizado de maneira a possibilitar que elas possam desenvolver suas aprendizagens integralmente e independentemente do contexto social ou regional do qual ela faz parte, respeitando as especificidades das infâncias, portanto, dar acesso educacional às crianças sem distinções ou negligências como direito constituído.

A EI tem sua particularidade mesmo na Educação do Campo, e tomando o Documento Curricular para a Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Estado do Pará, Resolução nº 769, de 20 de dezembro de 2018, a educação infantil do campo está envolta a fatores norteadores que dizem respeito às questões sociais, econômicas e culturais dos sujeitos que habitam no campo. “O que implica os saberes, as práticas e as representações sociais e culturais desses sujeitos, suas identidades e identificações com o seu lugar” (PARÁ, 2018, p. 32).

A EI de crianças do campo precisa ter um atendimento educacional dentro da realidade de vida dos sujeitos de modo pensado e estruturado no contexto escolar. Pensamos que a EI em contextos institucionais específicos deve contemplar uma “maior exploração de sua realidade sociocultural e as diferenças e semelhanças que tem com o mundo social mais amplo em que está inserida (habitação, família, profissões, transporte, rua, favela, campo e cidade)” (KRAMER, 1986, p. 80), assim, a criança terá seu direito à educação com qualidade garantido.

Estamos tratando neste trabalho da EI de crianças do campo, e concordando com Barbosa; Fernandes (2013) esta educação atender as singularidades das crianças, assim:

A educação do campo deve fundamentalmente procurar afirmar que as crianças residentes no campo necessitam que suas realidades de vida sejam contempladas nos currículos e que a formação não seja no sentido do prestígio dos habitantes do campo, mas no sentido da afirmação, da valorização daquilo que é realizado no espaço das florestas, dos campos e das águas e no cultivo de uma cultura, de uma tradição. (BARBOSA; FERNANDES, 2013, p. 305).

Portanto, pautando na garantia dos direitos das crianças o atendimento organizacional, institucional, curricular e pedagógico precisa estar sintonizado numa vertente de escola infantil como espaço de aprendizagem e como comunidade aprendente no sentido de parceria comunitária, relações culturais com lideranças, pais e todos da instituição. Que as crianças sejam partícipes diretos e atuantes.

No caso do município de Abaetetuba sabemos de sua heterogeneidade constituída pela sua cultura fluente, suas áreas rurais, de ilhas e ramais, de localidades onde habitam grande parte de sua população e onde estão as escolas de educação do campo específicas para o atendimento educacional de crianças em idade escolar nessas localidades. Um município que seu professorado se forma nos cursos de licenciatura (pedagogia) e atuam na profissão em constantes deslocamentos até o campo, e há os que são moradores desse campo. São professores que quando chegam ao local de trabalho ficam impactados, pois, muitas vezes, encontram cenários precarizados, cujo espanto também é decorrente da formação acadêmica em alguns aspectos.

Cabe informar que me propus a desenvolver um trabalho de campo movida pelas problematizações surgidas durante minha participação como voluntária no Grupo de Pesquisa e Extensão *De Bubuia Amazônica*, especificamente na pesquisa do projeto “As Gramáticas Sociais de crianças e suas infâncias em território de águas de regiões paraenses”, sob a coordenação e orientação da Profa. Eliana Pojo. Minha atuação esteve voltada a fazer um mapeamento do atendimento escolar às crianças na EI no contexto rural-ribeirinho<sup>2</sup>, no município de Abaetetuba. Dessa forma, este Relatório de Trabalho de Campo dirigiu-se a partir do Plano intitulado: A Educação Infantil de crianças do Campo em Abaetetuba-PA: uma análise de escolas às margens das águas.

Assim, este trabalho de campo teve como objetivo analisar as condições do atendimento escolar ofertado às crianças de EI nas comunidades do rio Tauerá-Açú e Arapapu de Abaetetuba-PA, abrangendo as escolas dessas duas comunidades. Os objetivos específicos são: a) mapear a atual condição das escolas em relação ao atendimento no sentido da garantia dos direitos e das especificidades da Educação Infantil do campo e, b) identificar o perfil das crianças atendidas nessas escolas no âmbito de suas práticas sociais e de vida, em interface com a prática educativa de que participam no contexto escolar.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho tomamos o contexto rural-ribeirinho compondo os territórios ribeirinhos e quilombolas observados. No entanto, na Amazônia o rural-ribeirinho se estende também povos em outros espaços como os assentamentos e as colônias agrícolas.

Este trabalho adensou pesquisa bibliográfica, empírica e documental ainda que de modo incipiente, na tentativa de refletir sobre as condições do atendimento da EI para as crianças nessas localidades, no sentido da efetividade das práticas, dos processos, em suma, do que contempla o atendimento escolar conforme afirma Campos (2009). Com este estudo, contribuir para pensar/propor melhorias e na implementação de políticas da educação nesses territórios.

Para isso, foram escolhidas duas escolas do campo situadas em território quilombola e ribeirinho, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIF) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no rio Arapapú e a EMEIF Santa Ana situada no rio Tauera-Açú. A escolha deu-se em virtude da minha proximidade com as localidades, ter laços familiares, amigos e conhecidos. Ainda, como fundamentação teórica foram utilizados autores que se debruçam sobre a temática da EI e da Educação do Campo como Caldart (2002, 2009); Rosemberg e Artes (2012); Oliveira (2010); Kramer (2007); Silva e Pasuch (2012); Arroyo (1999). Para tratar aprofundar sobre o contexto rural-ribeirinho e sobre as práticas sociais das crianças recorreremos a Hage (2005, 2008); Pojo (2014, 2021); Freitas *et al.* (2019); Pereira (2021), entre outros.

Na parte documental foram utilizadas legislações da educação tais como a LDB, as diretrizes, resoluções e pareceres que tratam das políticas educacionais do campo e da Educação Infantil, da Alimentação Escolar, mais o Documento Curricular do Estado do Pará e o do município de Abaetetuba.

Por se tratar de um estudo que tratava do cotidiano amazônico e o modo de vida dos sujeitos atendidos, a compreensão de atendimento educacional abrange adentrar na educação escolar olhando-a de fora para dentro, isto é, ultrapassando os muros das escolas. Significa entender o que Brandão (2002) considera relevante, a educação como/na cultura.

Outro aspecto do atendimento escolar de crianças a nível de EI é olhar as crianças como crianças em seu tempo infantil, como sujeitos de direitos atendidos nas escolas, logo, não são meros alunos, quantificáveis e de com códigos de matrícula. São pessoas, vivendo o essencial da sua vida, a infância. E este foi um exercício que buscamos fazer durante o trabalho de campo. Ademais, a título de organização as escolas serão designadas neste relatório como Escola A (EMEIF Santa Ana) e Escola B (EMEIF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

O relatório está dividido em cinco partes: A Introdução contemplando o Itinerário Metodológico, em que consta a discussão do tema, os objetivos e o percurso metodológico. Adiante, o item “Sobre as escolas do campo no contexto rural-ribeirinho”, discorre acerca do processo educacional do contexto rural e o atendimento escolar das escolas participantes da

pesquisa. Na sequência, o “Desde o contexto rural-ribeirinho até as escolas às margens das águas: alguns referenciais”, focalizando estudos sobre a ideia de escola ribeirinha. O item “Sobre as condições de atendimento escolar nas escolas”, discorre sobre a realidade do atendimento ofertado. Na sequência, temos “As crianças nas escolas e nas comunidades: de suas práticas sociais à prática de aprender na escola”. E, o último item “Do cotidiano das crianças ao chão da escola”, cuja ênfase são as gramáticas sociais das crianças nos espaços e demais vivências nos contextos quilombola e ribeirinho. Por fim, as Considerações Finais, num incipiente movimento de apontar alguns resultados do estudo.

### **Itinerário Metodológico**

O Trabalho de Campo, configurou-se de natureza descritiva com base na abordagem qualitativa e, também, buscou fazer uma análise da realidade educacional de escolas do campo o que significou adentrar nos processos e subjetividades dos envolvidos com tais escolas, assim a pesquisa abrangeu práticas, pessoas, movimentos. Conforme Minayo (2009, p. 27), a pesquisa qualitativa busca compreender e analisar os fatos por meio da descoberta de “códigos sociais a partir de falas, símbolos e observações”, bem como sustenta uma análise singular e contextualizada do/a pesquisador/a em conformidade com a teoria utilizada.

O intento foi compreender as vivências e o tipo de oferta da EI nas escolas pesquisadas, privilegiando dados produzidos a partir de um contato direto e aprofundado da pesquisadora com o campo, os contextos das localidades Arapapu e Tauerá-Açú, mais com os sujeitos no seu cotidiano, preocupando-se com o processo de investigação ao invés dos resultados tão somente.

Na pesquisa de campo, houve aproximação com a realidade observada atrelado ao objeto de estudo, sobre isto Minayo (2009) afirma que:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam uma nova realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social (p. 61).

Ou no dizer de Brandão (2007) ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. No caso, estivemos mais diretamente com docentes da EI, os gestores das escolas, alguns pais e lideranças das comunidades. E, com mais atenção as crianças (de 3 a 5 anos de idade) e estudantes da EI. Foram um total de oito (8) adultos e dezessete (17) crianças, cujo trabalho de campo desenvolveu-se durante dois (2) meses com idas alternadas nas escolas e comunidades, que aconteceram por semana e intercalada com os dias mais de sistematização e escritura do texto. Ao final, ocorreram oito idas às comunidades/escolas.

Para a construção dos dados foram utilizados instrumentos como os roteiros das entrevistas, além do uso de registros fotográficos e de desenhos realizados pelas crianças, mais as observações *in loco*. Quanto a sistematização e análise dos dados fizemos uso do caderno de campo.

No caso das fotografias foram registros importantes, porque nos ajudaram a lembrar e pensar a própria sistematização dos dados, ou seja, tomamos no que Brandão (2004), considera tanto para obter informações como para tecer conclusões. O autor diz que:

Quando alguém vai a campo pesquisar com, também ou por meio de imagens a serem colocadas em algum tipo de texto, esse alguém vai fotografar, filmar, documentar por meio de ou também, de imagens alguma coisa que além de ser dita, posta por escrito, deve ser também mostrada, dada a ver” (BRANDÃO, 2004, p. 27, 28).

Neste sentido, as fotografias foram escrituras que dizem por si mesmas das escolas, dos lugares e do cotidiano das comunidades, e que durante o campo trabalho de campo pude usufruir, assim fotografei os espaços da educação escolar e o cotidiano da vida dos sujeitos, tentando “documentar, e dizer com a imagem” (BRANDÃO, 2004, p. 27).

Informamos que no relatório utilizo o *itálico*, como forma de dá ênfase e advertir o/a leitor/a acerca do saber, do modo de dizer dos participantes da pesquisa.

Ainda, como principal foi a ação de “Observar direto e anotar” (BRANDÃO, 2007, p. 15), especialmente o cotidiano escolar em seus processos de atendimento que envolve os sentidos das crianças sobre a escola, o contato com a realidade, o tipo de infraestrutura em relação a logística das salas, alimentação escolar, água, outros espaços pedagógicos, pessoal etc.

Reiteramos, as observações foram fundamentais para a construção deste relatório de campo. No caso estive centrada em olhar a forma de atendimento escolar nas duas escolas mencionadas, focando na dinâmica local e ribeirinha e, no pedagógico, das escolas.

As observações aconteceram em várias visitas tanto às comunidades quanto para acompanhar a cultura escolar no seu todo, especialmente detive-me aos aspectos estruturais e pedagógicos como já dito. Logo, priorizei os dias de aulas, durante os meses de março e abril de 2023, o que considero um tempo relativamente curto para compreender todos os aspectos que envolvem o atendimento escolar, principalmente, das crianças de EI nessas escolas.

Nas duas escolas foram observações no todo, e potencialmente as questões relativas ao atendimento de crianças de EI. Na Escola B (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) no rio Arapapú, pude acompanhar duas turmas deste nível de ensino, uma pela manhã de maternal com 10 crianças de 03 anos e, a outra pela tarde, uma turma multisseriada de PI e PII com 13 crianças de 04 e 05 anos. Nesta, chegava bem cedo para poder acompanhar o desembarque das

crianças, que acontece pontualmente as 07:00h da manhã, todos os dias, e a tarde as 13:00h. É importante dizer que para acompanhar as duas turmas foi preciso passar o dia todo na escola, onde almoçamos e merendamos junto das crianças, o que de certa forma serviu para olhar mais por dentro as situações.

Observar a rotina escolar nos horários de aula foi importante para explorar o entorno da escola, porque tive a oportunidade de olhar o funcionamento da Escola B, nos horários de chegada e saída, o preparo da alimentação, bem como o cuidado dos profissionais com as crianças. Algo diferenciado nessa escola é que ela não fecha, sempre fica alguém (professor/a ou um apoio) aguardando alguém do turno da tarde para que a escola não fique sem ninguém. Nesse intervalo, pude notar que da parte do/a professora do Ensino Fundamental esse tempo era aproveitado para passar a vista nas atividades dos alunos.

Outro destaque dessa rotina, foi conhecer o trânsito da professora que atende a turma do PI e PII do turno da tarde, ela dizia que para chegar no horário é preciso sair do porto em frente a cidade no barco freteiro as 10:00h da manhã e chega na escola às 12:00. Segundo a professora, um percurso demasiado cansativo, mas viável em virtude do seu compromisso com as crianças.

A seguir, duas imagens dos primeiros contatos com as turmas do maternal e da pré-escola.

Fotos 1 e 2 – Salas de Aulas, das turmas de EI



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Na Escola A (Santa Ana), no rio Tauerá-Açú, observei as aulas de uma turma de PI e PII funcionando de manhã, com 18 crianças de 04 e 05 anos de idade, dessas 11 de 04 anos e 07 de 05 anos. Importante frisar que as crianças de 04 anos frequentaram o maternal em 2022 e, por isso, estão, posso dizer assim, no mesmo nível de aprendizagem das crianças de 05 anos.

Durante as observações chegava cedo também, para acompanhar o desembarque das crianças no trapiche da escola, ficava extasiada com a desenvoltura dos pequenos pulando do barco para o trapiche. Pude explorar o entorno da escola e os caminhos que servem de trajeto

até a escola, as crianças que não vem pelo rio, elas chegam com seus pais, algumas correndo e, por vezes, sujas da lama devido a própria condição do ramal.

Sobre o deslocamento, eu mesma tive a oportunidade de voltar para a casa<sup>3</sup> de carona no barco do transporte escolar e, pude notar, o quanto as crianças estão adaptadas e cientes do seu agir durante o traslado. Uma das crianças, disse *não pode ficar em pé dentro do barco, nem colocar a mão pra fora, temos que ir sentados* (Caderno de campo, 2023).

Devido o ano letivo está apenas começando (iniciado em 07 de março/2023) e a professora ainda estava organizando a sala com os cartazes que iria usar nas suas aulas, conforme a fotografia da sala de aula com crianças.

Foto 3 e 4 – Sala de Aulas, da turma de EI



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

---

<sup>3</sup> No caso tratava da casa de minha amiga Ivone e moradora do Taurá-Açú, onde fiquei hospedada durante o tempo da pesquisa.

## 2. SOBRE AS ESCOLAS DO CAMPO NO CONTEXTO RURAL-RIBEIRINHO

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral dos sujeitos do campo, em sua diversidade.

Para iniciarmos uma análise a respeito de atendimento da Educação Infantil de crianças do/no Campo, em contexto rural-ribeirinho, vimos como necessário, antes, fazermos um breve panorama da oferta da educação do campo de maneira geral e seu percurso ao longo dos anos na sociedade brasileira para nos atermos mais detidamente nos aspectos que compreendem os espaços de educação do campo paraense que é tipicamente amazônica, diversa e complexa pelas escolas existentes nas localidades, que em sua maioria, estão em territórios margeados por rios e igarapés e, envolta, de uma heterogeneidade social, ambiental, econômica e cultural ímpar.

A educação do campo tem sido objeto de estudos de diversos autores e pesquisadores que em suas pesquisas tomam as regiões brasileiras, sempre com vistas a uma educação que leve em consideração os sujeitos do campo e toda complexidade que envolve o aprender e ensinar do/no campo. Caldart (2002), elucida que a educação do campo constitui um território marcado pelas lutas dos cidadãos que vivem no campo e que ao longo dos anos foram invisibilizados diante das políticas públicas. Segundo a autora,

A educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que do campo e no campo. No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002, p. 18).

Com base na autora vimos a educação do campo como espaço de conquista e como propulsora de processos identitários dos cidadãos que habitam no campo, pensada para que estes, possam ocupar seu lugar de direito, aptos a construir uma educação que de fato abarque todas as especificidades e peculiaridades referentes a vida das populações do campo.

A educação escolar em contextos rurais no Brasil foi intensamente marcada pela exclusão social, e que por muito tempo os moradores/trabalhadores do campo foram invisibilizados pelas políticas públicas educacionais, posto que eram compreendidos como mão de obra, portanto, careciam apenas aprender um conjunto de saberes utilitários para o desenvolvimento das atividades rurais, conforme Arroyo (1999) explicita a seguir:

Temos uma larga história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis para mexer com a enxada, ordenhar a vaca, plantar, colher, levar para a feira... Aprender apenas os conhecimentos necessários

para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas tecnologias, sementes e adubos. (ARROYO, 1999, p. 26).

O autor trata de um modelo de educação concebida para o meio rural, que não levava em consideração as peculiaridades e necessidades formativas das pessoas que moram no campo, o que por muitos anos fez com que as escolas do campo estivessem submetidas ao modelo educacional urbano, relegando ao povo do campo a ideia de inferiorização e desvalorização em relação aos moradores das cidades. Segundo o mesmo autor, a escola se constitui em mais um lugar onde nos educamos e que, portanto, deve estar atrelada a realidade dos educandos, conforme cita abaixo,

Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. (ARROYO, 1999, p. 22).

Concordamos com o autor quando afirma que os processos formativos dos indivíduos são construídos a partir do convívio em várias dimensões da vida humana, de relações sociais e, a escola, é um dos locais em que a formação, por direito, deve disponibilizar os saberes e valores, articulada aos interesses dos indivíduos que fazem parte. Assim, “a Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39).

Legalmente, a luta da sociedade civil e dos movimentos sociais por uma educação básica de qualidade para os filhos dos trabalhadores do campo passou a fazer parte das pautas nas políticas educacionais com a Constituição Federal em 1988, que como marco político abriu o debate nacional para a construção de uma educação do campo voltada para garantia de direitos educacionais bem como para o fortalecimento da identidade dos sujeitos do campo, reconhecendo assim o “compromisso do Estado e da sociedade para a promoção de uma educação democratizada e de qualidade que respeite as singularidades e especificidades culturais de cada região brasileira”. (PACHECO; SILVA; PASUCH, 2014, p. 4).

Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, lei nº 9394/96 (LDB), assegurou a educação como um direito de todos e dever do Estado. Em seu primeiro artigo concebe a educação como processo formativo que se desenvolve na convivência humana, devendo ser desenvolvida em instituições próprias, vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Tornando obrigatória a matrícula e permanência de crianças a partir dos 04 aos 17 anos, garantidas as especificidades de cada modalidade de ensino e lugar em que a população residir.

É importante aqui tomarmos nota que a educação do campo a que nos debruçamos em compreender é aquela ofertada aos sujeitos que vivem no meio rural não trata do ensino utilitário difundido na escola rural como já foi citado por Arroyo (1999), assim “o termo ‘campo’ resulta da nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais, adotado pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais” portanto, [...] “campo” quando associada à educação origina a expressão “educação do campo” (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 21).

Assim a educação do campo como construto de articulação e mobilização nacional pelos direitos educacionais à população do campo foi definida pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, por meio da Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, que em seu artigo 2º, Parágrafo único, instituiu a identidade da escola do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível, na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002).

A educação do campo é estabelecida como uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas do processo de escolarização básica com diretrizes e normas para o pleno funcionamento, assim, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, que em seu artigo 1º caracteriza o modelo educacional, bem como identifica os sujeitos do campo, conforme disposto a seguir:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008).

Assim estabelecida a educação do campo, há de se fazer uma distinção entre as características específicas de cada população denominada como do campo, dada a grandiosidade do nosso país, em que os povos do campo que habitam o sul possuem necessidades e especificidades completamente diferentes dos que habitam o campo no norte, assim os projetos de educação do campo precisam reconhecer a complexidade de cada região, promovendo um ensino que valorize saberes, práticas e as representações sociais e culturais desses sujeitos dentro do processo educativo em seus locais de vivência.

O contexto rural-ribeirinho na Amazônia paraense, e em especial, da cidade de Abaetetuba se destaca por entrelaçar culturas, saberes e raízes ancestrais oriundos de “uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, baías, com as ilhas e suas praias, com os campos alagados, contextos que apresentam especificidades ambientais e sociais” (POJO *et al.*, 2014, p. 179). As localidades onde realizamos este aligeirado trabalho de campo são ladeadas por terra e água, por um modo de vida em mediação com a natureza, um costume de estar e agir pela coletividade, cujos processos identitários são construídos entrelaçando tais aspectos e da própria oficialidade de ser ribeirinho/quilombola.

São pessoas que lutam bravamente pelo reconhecimento de suas especificidades como povo campestre e no sentido de ter direito “à terra, às águas, à floresta, ao trabalho, à justiça, à saúde, à educação e a tudo o que é necessário para reprodução de sua existência humana com dignidade” (FREITAS; REIS; HAGE, 2019, p. 770). Na dimensão da vida das crianças passa pelo respeito as suas especificidades e a garantia de boas escolas.

### **2.1. Desde o contexto rural-ribeirinho até as escolas às margens das águas: alguns referenciais**

O processo educativo escolarizado no campo prescinde levar em conta como os indivíduos das localidades se relacionam com o meio em que vivem e que varia com a realidade de cada região. A educação do campo praticada na região amazônica, em especial na Amazônia paraense é marcada por uma heterogeneidade cultural, espacial e geográfica que é característica própria da região, manifestada substancialmente nas relações cotidianas sociais e educacionais dos indivíduos que a habitam. Segundo Hage (2005, p. 61) “[...] heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região”.

A heterogeneidade amazônica a que nos referimos é composta por aspectos ambientais, culturais e produtivos que acontecem dentro de um espaço geográfico único constituído de territórios sejam eles urbano, ribeirinho, quilombola, comunidades indígenas, assentados, áreas de densas florestas que constituem uma rica biodiversidade, ainda que sendo alvo de megaprojetos de grandes empresas internacionais com sofisticadas tecnologias. Mas que não possuem as mesmas intenções com o ser humano, no caso desses territórios suas “atividades econômicas de base familiar, cooperadas e solidárias, que envolvem tecnologias simples” (FREITAS; REIS; HAGE, 2019, p. 773). Este é o cenário diverso no qual vivem os cidadãos campestres na Amazônia paraense.

Toda essa diversidade que circunda as escolas ribeirinhas do município de Abaetetuba também se faz notória nas demais localidades da Amazônia paraense, pela sua “complexidade de seu ecossistema em que estão inseridas, que inclui floresta de terra firme, floresta de várzea, floresta de igapó; e ecossistemas não florestais com cerrados, campos e vegetação litorânea. (HAGE, 2005, p. 63). Com relação aos habitantes que representam o povo do campo - este é formado por um misto de raças, etnias e pessoas vindas de outras regiões.

Entre todos esses os habitantes da Região encontramos indígenas, caboclos, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem-terra, assentados, pequenos agricultores, imigrantes e colonos, oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras. (HAGE, 2005, p. 63).

A junção de toda essa diversidade de culturas, povos, crenças, saberes, entre outros aspectos sociais e econômicos reverberam na identidade ímpar campesina encontrada neste lado do território brasileiro que atrelado ao contexto geográfico amazônico, formado por matas e predominantemente pela presença dos rios como elo de ligação entre os espaços de terra e floresta/mata, compõe o cenário diverso que circula o ensinar-aprender do/no campo, em instituições construídas às margens dos rios, denominadas escolas ribeirinhas que norteiam a vida e os saberes das populações que habitam esses espaços.

No entanto, a realidade da educação do campo brasileira indica que o desempenho das escolas campesinas se encontra muito abaixo do obtido nas escolas urbanas mesmo ambos os contextos, a nível do Pará, sejam de déficit educacional. Isto se configura um reflexo da precariedade do atendimento escolar que é propiciado as crianças, como explicita Hage; Cruz (2015):

Infelizmente, a realidade educacional brasileira, ainda denuncia que é no campo onde identificamos os maiores índices de analfabetismo, escolas com infraestrutura precária, altas taxas de Exclusão Escolar, as maiores taxas de professores sem formação e com vínculo empregatício precário, os currículos que não consideram os saberes locais e o fechamento de escolas, especialmente nas pequenas comunidades rurais, onde o número de estudantes existente é compatível com a configuração sociocultural e territorial dessas comunidades. (HAGE; CRUZ, 2015, n/p).

Na visão dos autores, a configuração sociocultural relativa à realidade do território em que se pratica a educação vai definir o modelo de ensino empregado, nesse caso ao público do campo, pouco investe-se na formação dos professores e nas condições das escolas visando um ensino de qualidade e, conseqüentemente, a aprendizagem das crianças, aspectos que devem ser levados em consideração na oferta da educação do campo enquanto modalidade de ensino específica.

A educação do campo é uma modalidade de ensino voltada para o atendimento escolar das populações que habitam os mais diversos territórios campesinos do Brasil. Segundo o

decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, o qual dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a população do campo e o modelo de escola do campo para essa população assim foi definida:

I-Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

II-Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010).

Os trechos sinalizam para uma educação ofertada ao povo do campo que considere as especificidades das populações e dos contextos sociais e culturais nos quais a escola se insere, com todo um arcabouço político, social e pedagógico empenhado em buscar diminuir as desigualdades existentes no campo e na escola, mas ainda não prevalecendo a superioridade de nenhum aspecto. Partindo dessa premissa é válido esclarecer em que contexto ocorre a educação do campo nos espaços ribeirinhos e qual é a escola acessada pelas crianças que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem no campo, o das crianças da educação infantil na Amazônia paraense.

O contexto ribeirinho atualmente vem sendo amplamente conhecido no quadro educacional brasileiro, pois até recentemente se fazia ideia de como os cidadãos vivem nessa parte do território nacional, diante disso, diversos autores debruçam seus estudos em caracterizar esses espaços e situar heterogeneidade das populações. Pereira (2021), caracteriza o espaço rural-ribeirinho como um conjunto de especificidades inerentes ao contexto de vida do homem e na “construção da identidade de ser ribeirinho, com cultura e modos de vidas próprios de quem habita o território das águas da Amazônia”.

O espaço rural-ribeirinho Amazônico, representa um espaço de morada (moradia), trabalho, travessias, relações sociais, vivências, produção familiar, costumes, culturas, imaginário, brincadeiras, diversões, circularidade de objetos, produtos e, sobretudo de pessoas, incluindo homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que praticam, preservam, criam e recriam neste território seus modos de vidas e de trabalhos. (PEREIRA, 2021, p. 68).

Pojo (2018), define que as principais características do povo ribeirinho no território amazônico paraense também incluem e incorporam ao contexto o quilombola está no [...] “fato de viverem em contextos rural-ribeirinho-quilombola onde a dependência do mundo natural, de integração com seus ciclos e produtos é fundamental para a produção e reprodução da vida material (subsistência) e imaterial (modo de vida e culturas)” [...]. (POJO, 2018, p. 52).

Ainda, segundo esta autora as comunidades ribeirinhas são constituídas pela população que habita as margens dos rios e igarapés, formada por trabalhadores que se ocupam do extrativismo de frutas com buriti, cana, cacau e outros frutos e sementes, principalmente do açaí como meio de vida, bem como da pesca e confecções de produtos artesanais, como a peneira, matapis, rasas e paneiros e em algumas localidades há o trabalho de produção de telhas e tijolos nas olarias. Assim o cidadão ribeirinho reproduz os saberes ancestrais resistindo, habitando e protegendo o que os torna diferenciados, por ser raro em áreas urbanas. Para Pojo (2021, p. 26) “No concreto da vida, visualizamos intercâmbios e vivências na ação laboral, de lidar com as águas e com a terra, de interagir e de se comunicar das pessoas, envolvendo um mundo definido por diferentes relações e formas de vida”.

Os processos educativos nessas localidades ocorrem em todos os espaços de convivência, porém a escolarização se faz necessária pois os conhecimentos humanos acumulados também são direitos das crianças moradoras das ilhas, todavia, esse ensino deve estar vinculado ao modo de vida das famílias das crianças aprendentes, assim, as escolas ribeirinhas em sua grande maioria são a extensão da realidade das comunidades.

As escolas ribeirinhas assim como as casas dos moradores encontram-se às margens dos rios, são construções feitas para atender as demandas das comunidades ao redor, um ponto marcante a esse respeito é o fato dessas construções estarem dispostas em terrenos cedidos pelas igrejas católicas ou por moradores do lugar, atrás ou ao lado, e carregam o nome do santo padroeiro da comunidade (POJO, 2021). Sobre a infraestrutura, normalmente são escolas pequenas que comportam, no máximo, 03 salas de aula, cozinha, uma sala para a funcionar a direção escolar e banheiros que ficam externos ao prédio. Sobre isto foram evidenciadas questões relevantes em estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ, ainda em 2002, conforme consta:

Em geral, essas escolas são alocadas em prédios escolares depauperados, sem ventilação, sem banheiros e local para armazenamento e confecção da merenda escolar, possuindo estrutura física sem as condições mínimas para funcionar uma escola. Há situações em que não existe o número de carteiras suficientes, o quadro de giz encontra-se danificado; e em muitos casos, essas escolas não possuem prédio próprio funcionando em prédios alugados, barracões de festas, igrejas ou mesmo em casa de professores ou lideranças locais. (HAGE, 2008, n/p).

Com base em observações feitas em escolas do campo em 2002, tal realidade de precarização ainda é presente nas escolas do campo do município de Abaetetuba.

Sobre a organização do ensino voltado ao atendimento das crianças também ainda prevalece a adoção do modelo multisseriado que segundo Hage (2008, n/p) “Nestas turmas, os professores lecionam para estudantes de diferentes séries dos anos iniciais do Ensino

Fundamental e em algumas situações atendem aos estudantes da Educação Infantil, concomitantemente”. Esse modelo, segundo o autor, evita o deslocamento das crianças de suas comunidades para escolas em outras localidades, evita-se, com isso, participarem do processo de nucleação.

Outro aspecto relevante referente as escolas ribeirinhas é a forma de acesso pelos professores e estudantes, que acontece quase exclusivamente por vias fluviais, cujo traslado é feito em embarcações como barcos, lanchas e rabetas.

Após situar brevemente o espaço ribeirinho bem como o contexto situacional das escolas nesse contexto, passamos a descrever analisando, minimamente, a educação ribeirinha no município de Abaetetuba/PA. Trata-se de “[...] múltiplas dimensões, dada sua riqueza cultural que conforma e atribui sentido aos seus modos de viver e de significar a existência” (POJO, 2021, p. 17).

O município, de acordo com dados IBGE 2021 possuía uma população total de 160.439 habitantes, distribuídos em uma área territorial 1610.654 Km<sup>2</sup>, com relação a distribuição urbana e rural os dados do censo 2010, apontavam que 82.950 pessoas constituíam a população urbana, uma média de 58,82% habitantes distribuídos em 17 bairros, enquanto que 58.104 pessoas formavam a população rural correspondendo a aproximadamente 42% de habitantes, compreendendo as áreas das estradas, ramais formadas pelo distrito de Beja e mais 49 colônias agrícolas e pelas 72 ilhas existentes (IBGE, 2021).

Assim, a população rural do município está distribuída entre as comunidades ribeirinhas (das ilhas) e as comunidades de terra firme (estradas e ramais), possuindo diversas localidades com características específicas e em contextos geográficos e espaciais distintos, com diferentes práticas culturais e modos de vida próprios e que reverberam na organização escolar e educacional presente nessas comunidades.

Reiteramos, o contexto rural-ribeirinho que circunda as escolas às margens das águas do município de Abaetetuba pode ser descrito como um espaço situado em áreas de mata/floresta, terra-firme e várzea; de intercâmbio de saberes e práticas cotidianas locais, onde vivem pessoas produzindo suas existências; onde também os moradores são assistidos por programas governamentais (como o Bolsa Família); que as pessoas têm rotinas constantes a bordo de suas embarcações; pessoas que ainda cultivam uma convivência comunitária; pessoas que apreciam e atualizam tradições religiosas, pessoas que com seus jeitos vão sedimentando uma tal cultura ribeirinha que aos poucos vai sendo conhecida.

Nesses espaços ribeirinhos as crianças buscam brechas para participar ativamente da vida comunitária, exemplos disso são as idas, delas, com seus pais às reuniões religiosas ou escolares, quando vão com os pais aos jogos de futebol ou assistem em seus trabalhos. O que dialoga com o contexto ribeirinho e uma “educação que se destaca pela complexa ‘heterogeneidade’ presente no cotidiano dos sujeitos ribeirinhos, dos quilombolas, dos agricultores, dos pescadores, dos extrativistas dentre outros” (PEREIRA; PEREIRA, 2020, p. 113).

As escolas às margens das águas são parte dos empreendimentos comunitários e estão situadas em territórios ribeirinhos e, também, quilombolas, de assentamentos. São escolas simples cercadas pelas matas e rios, que funcionam em dois horários, atendem crianças em diferentes idades e anos.

## **2.2. Sobre as condições de Atendimento Escolar nas Escolas Santa Ana e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro**

A educação nas escolas brasileiras deve partir da premissa de que a criança é um cidadão de direito e pertence a uma classe social, como tal deve ser respeitada e priorizada. Assim, educar e cuidar de crianças pressupõe responsabilidade e amorosidade no tempo do seu existir, visto que “a própria forma de ser criança, a infância, não é única e estável, sofre permanentes mudanças relacionadas à inserção concreta da criança no meio social” (ROCHA, 1998, n/p).

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, a criança é concebida como “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009, p. 12). Nesse sentido, à escola a tarefa de fazer-se diferente a partir das singularidades e potencial das crianças.

Ao mesmo tempo, já avançamos no que pensamos da criança e no tipo de educação com e para elas, mas muito precisa ser feito e mudado. Assim, o atendimento escolar desses sujeitos envolve cumprir as determinações legais, envolve adentrar no mundo das crianças, envolve conhecer o contexto comunitário, entre outras dimensões não menos importantes. Neste aspecto, Sônia Kramer (2007), afirma que o ensino nas escolas deve ser direcionado por um trabalho pedagógico que favoreça a educação como prática social, logo:

O trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema, na produção artística, histórica e cultural que

se encontra nos museus. Essa visão do pedagógico, ajuda a pensar sobre a creche e a escola em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana. (KRAMER, 2007, p. 19).

Conforme a autora a educação é ampla, dinâmica e situada no contexto histórico e social, abrange os processos formativos múltiplos e que os conhecimentos sejam disponibilizados às crianças em instituições próprias e com profissionais com formação específica.

A EI, na LDB é a primeira etapa da educação básica, destinada a crianças até 05 anos, devendo ser oferecida em creches (para crianças de até 03 anos) e em pré-escolas, para crianças de 04 e 05 anos, respeitando as especificidades dos locais e características sociais.

Para tanto, o atendimento às crianças na EI orienta-se com base nos princípios de ensino, que são os éticos, políticos e estéticos em instituições com estrutura e recursos que garantam a criança acesso “a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças” (BRASIL, 2009, p. 17). Assim, as instituições de EI precisam garantir infraestrutura adequada que ofereça espaços internos e externos apropriados para o desenvolvimento integral das crianças, com recursos e materiais pedagógicos de fácil acesso, bem como o contato das crianças com a natureza e educadores sabendo gerir suas práticas educativas, voltadas a elas.

A educação ofertada para as crianças moradoras de ilhas, acontece em espaços escolares as margens das águas, com vistas a priorizar as especificidades dos povos denominados de ribeirinhos. Pauta-se esta educação, na Resolução nº 1/2002, CNE/CEB, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e pelo Artigo 28 da LDB. A partir desses documentos foi instituído o Documento Curricular do Município de Abaetetuba (DCMA), que define a oferta educacional do campo, o qual “[...] contempla a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos iniciais), assim como as demais modalidades EJA e Educação Especial. Destina-se ao atendimento às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida” [...] (SEMEC, 2019, p. 64).

Nesta perspectiva, o atendimento escolar no/do campo no município organiza-se conforme o DCMA:

O atendimento educacional ofertado no Município de Abaetetuba nas escolas do campo, leva em consideração esses espaços geográficos, que possuem história em si mesmos, características e especificidades próprias. Nessa região campesina do município, existem 81 escolas nas ilhas e 49 em estradas e ramais, totalizando um quantitativo de 130 escolas. São instituições que ofertam Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais), pela rede municipal. Além disso, as instituições de ensino municipais, sediam também a oferta do Ensino Fundamental

(anos finais) e Ensino Médio por meio do ensino regular e pelo Sistema Organizacional e Modular de Ensino (SOME), pela rede estadual (SEMEC, 2019, p. 65).

No geral, o atendimento escolar municipal de caráter público abarca um total de 169 escolas de ensino regular, sendo 01 dessas escolas com a Atendimento Educacional Especializado. Assim, estão sob a administração municipal no perímetro urbano 40 escolas e 129 escolas em contextos de ilhas estradas, colônias e ramais<sup>4</sup>. Em 2022, o atendimento escolar abrangia um total de 20.891 alunos matriculados na EI (6.967 alunos) e no Ensino Fundamental (EF, de 1º ao 6º ano) um total de 13.924 alunos. Deste quantitativo, 2.998 crianças estavam matriculadas na EI nos territórios do campo (1.662 nas ilhas e 1.336 em estradas e ramais), outras 6.352 no EF (3.878 nas ilhas e 2.474 em estradas e ramais), frequentando essas escolas crianças de comunidades ribeirinhas, quilombolas, rurais, assentados, agroextrativistas e demais trabalhadores do campo. Mais os moradores da sede da cidade, todos são atendidos por um professorado composto por um total de 1.375 professores, dos quais 701 atuam na área urbana e 674 em área rural.

Tanto os alunos que moram nas ilhas, estradas e ramais e frequentam escolas no/do campo são usuárias do transporte escolar, realizado por meio de ônibus, vans, lanchas e barcos de pequeno e médio porte. Também, são atendidos com a alimentação escolar fornecida pelo setor específico.

Como já dito, a EI do campo abaetetubense se efetiva mediante o atendimento de crianças de 0 a 05 anos de idade, nas etapas de creche e pré-escola. A secretaria municipal de educação (SEMEC), é o órgão responsável por organizar o sistema educacional do município, bem como os arredores, tais como ramais e ilhas. A SEMEC como secretaria executiva gesta a educação escolar nos níveis da Ensino infantil (creches e pré-escolas), do Ensino Fundamental (primeiro ao sexto ano), o ensino para a Educação Especial e da Educação para jovens e adultos (EJA), cada uma dessas apresenta setores responsáveis para o acompanhamento e a veiculação das políticas educacionais de forma mais específica.

Para efeito de organização das escolas da rede municipal, a SEMEC organizou uma distribuição intitulada de coletivos ou polos. No caso das escolas situadas no contexto das ilhas, estão dispostas num total de 15 grupos de escolas e áreas de atendimento, conforme veremos na tabela 1:

---

<sup>4</sup> Dados estatísticos obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), em 2022.

**Tabela 1 – Coletivos das Escolas do Campo**

<b>COLETIVOS DE ESCOLAS</b>	<b>QUANTITATIVO DE ESCOLAS</b>
<b>COLETIVO 1</b> – RIO CAMPOMPEMA – EMEIF. S. JOÃO BATISTA	Dezesseis (16)
<b>COLETIVO 2</b> – CAPIM – EMEIF SANTO AFONSO – XINGU	Seis (6)
<b>COLETIVO 3</b> – RIO URUBUÉUA – EMEIF. NSA. SRA. DE FÁTIMA	Oito (8)
<b>COLETIVO 4</b> – SAPUCAJUBA – EMEIF. SÃO RAIMUNDO	Oito (8)
<b>COLETIVO 5</b> – RIO MARACAPUCÚ – EMEIF. TOMAZ LOURENÇO NEGRÃO	Sete (7)
<b>COLETIVO 6</b> – FURO GRANDE – EMEIF. NSA. SR. DO PERPETUO SOCORRO – RIO QUIANDUBA	Doze (12)
<b>COLETIVO 7</b> – MAÚBA – EMEIF. PADRE ANCHIETA RIO AJUAÍ	Onze (11)
<b>COLETIVO 8</b> – ITACURUÇÁ – EMEIF. SANTO ANDRÉ	Onze (11)
<b>COLETIVO 9</b> – EMEIF. Mª DO CARMO A. DOS SANTOS – RUA MAGALHÃES BARATA, 393 – VILA DE BEJA	Dez (10)
<b>COLETIVO 10</b> – APEÍ – ANTONIA EULALICE P. DE MIRANDA – ESTRADA DE BEJA	Sete (7)
<b>COLETIVO 11</b> – BOSQUE - EMEIF. RONALD REIS FERREIRA – ROD. DR. JOÃO MIRANDA	Cinco (5)
<b>COLETIVO 12</b> – COLONIA NOVA – EMEIF DR. JOÃO MIRANDA – ROD. DR. JOÃO MIRANDA	Onze (11)
<b>COLETIVO 13</b> - EMEIF MAXIMIANO A. RODRIGUES – MURUTINGA	Quatro (4)
<b>COLETIVO 14</b> – CAMOTIM – EMEIF SÃO JOSÉ	Cinco (5)
<b>COLETIVO 15</b> - EMEIF Nº SENHORA DAS GRAÇAS – PONTILHÃO	Oito (8)

Org.: a autora, 2023. Fonte: Dados do Sistema gestor/ estatística/SEMEC/2022.

Inicialmente, cabe esclarecer que coletivo/polo, consiste em um modelo organizacional, no qual as escolas campesinas, das ilhas estradas e ramais são agrupadas de acordo com a proximidade das localidades pela sua área territorial e geográfica, em que uma escola fica sendo matriz (polo) para as outras, e disponibiliza o atendimento no âmbito da coordenação pedagógica, além de outros aspectos.

Na tabela 1 é possível verificar o quantitativo de 81 escolas do campo que ficam localizadas em territórios rurais da cidade, sendo que os oito primeiros coletivos correspondem a demanda das escolas localizadas nas ilhas que são 49 escolas. Convém esclarecer que quando estamos tratando de territórios rurais, esses correspondem a demanda das estradas, colônias, ramais e distrito de Beja, mais a região das ilhas.

Podemos perceber que a região das ilhas comporta maior quantidade de escolas do que a região das estradas e colônias, logo há um número maior de estudantes atendidos nas escolas ribeirinhas em todas as etapas de ensino.

Oportunamente, nos debruçamos nossa observação apenas em duas escolas ribeirinhas no município de Abaetetuba, a Escola Municipal de EI e Ensino Fundamental Santa Ana (Escola A) e a Escola de EI e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Escola B). A ideia do estudo foi conhecer um pouco mais de como vem se dando o atendimento escolar

nestas duas instituições. Refletindo sobre aspectos como a infraestrutura física, pedagógica e organizacional, assim iniciamos falando da distribuição das referidas escolas entre os ou coletivos de escolas.

As escolas alvo da pesquisa, a EMEIEF A e B, integram respectivamente os coletivos 2 e 8, e ambas são designadas como escolas quilombolas e ribeirinhas, por estarem situadas nos rios Tauerá-Açú e Arapapú que são reconhecidamente territórios remanescentes de quilombo de Abaetetuba. São territórios quilombolas desde junho de 2002 representados pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Abaetetuba – ARQUIA junto aos órgãos competentes.

O atendimento escolar no campo, tem importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois através dessa construção educativa também se promove integração social, cultural e a difusão de conhecimentos. Conforme consta no DCMA se vislumbra oferecer uma educação escolar específica com práticas que subsidiem a permanência dos sujeitos no campo.

No entanto, vemos que essa configuração de atendimento não acontece a contento, pois o que se observa é um ensino livresco, descontextualizado dos contextos locais, sem nenhuma articulação radical com a cultura local. O que presenciamos são alguns ensaios por educadores isolados, sem contar na própria condição de atendimento que ainda é bastante precarizada. Se guia por um currículo homogêneo e aos moldes das escolas urbanas, onde prevalece uma ação pedagógica tecnicista do ensino de conteúdos, sem considerar o cotidiano dos cidadãos camponeses. Veremos com mais detalhes essa assertiva com base no que acontece nas escolas A e B.

### **Caracterização da Escola A**

Fotos 5 e 6 – Escola e trapiche do Tauerá-Açú



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

A escola A, funciona em prédio próprio, construído em alvenaria em terreno doada pela igreja católica. Foi inaugurada no dia 03 de agosto de 1999, conta com duas (2) salas de aula,

uma (1) cozinha, uma (1) sala da direção, que também funciona como dispensa para guardar merenda escolar, um (1) pátio que funciona como refeitório, e dois (2) banheiros que ficam em área externa ao prédio. A escola possui água encanada provinda de poço artesiano, energia elétrica, no entanto, as instalações e fiação ficam aparentes. As salas de aula são amplas, iluminadas e ventiladas por ventiladores, porém, não são forradas e o revestimento do piso está gasto e solto e há lajotas quebradas gerando perigo às crianças, conforme podemos ver nas imagens.

Fotos 7 e 8 - Salas de aulas da EI e EF anos iniciais



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Esta escola foi construída em 1999, no terreno cedido pela igreja católica e, talvez por isso, recebeu o nome da santa padroeira da comunidade, Santa Ana. Foi feita em um lote atrás da igreja, assim para chegar à escola passa por esta. Também, atrás da escola fica o posto de saúde. Sendo esse entrelugar da escola, igreja e do posto de saúde um local/ambiente que funciona como ponto de convergência dos moradores, pois é onde acontece muitos dos eventos e a organização social da comunidade que se reúne nas diferentes instituições desse entrelugar.

Ao lado da escola passa o ramal que dá acesso ao “centro” como todos chamam, na área de terra firme. Nos lados, em toda sua extensão vivem várias famílias, que atuam no cultivo da terra e em outras atividades laborais. Por este ramal as crianças chegam até a escola e os demais moradores transitam diariamente, como já dissemos, tanto pelo caminho do rio que dá acesso à cidade e para suas casas como também por este ramal. Na extensão do ramal há, além das casas, um campo e uma quadra de futebol, e fragmentos do rio deságuam ali, isto é, o ramal é atravessado por braços do rio que junto a grande área verde de mata, de árvores frutíferas e de açazais perfaz uma paisagem bela e que harmoniza o ambiente, tudo próximo da escola.

Para chegar à escola, como informado aqui utilizam o transporte escolar e outras formas. Próximo da escola há um trapiche construído em alvenaria para o desembarque dos alunos vindos da área de rio de baixo e, seguindo, por uma ponte de concreto, indo pelo caminho de

piçarra até a escola. Para as crianças que moram na área do centro (terra firme) o acesso é feito pelo ramal cujo trajeto elas fazem a pé ou de bicicleta acompanhada de seus pais ou familiares.

As fotografias a seguir tratam do espaço que circunda a escola, sendo a primeira é da igreja católica e a outra foto são de crianças no caminho da escola.

Fotos 9 e 10 – Igreja Católica e ramal que leva a escola



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

A sala referência das crianças de EI é ampla e iluminada devido ter janelas laterais, porém não é forrada. É revestida, mas os azulejos estão velhos e quebrados, que podem causar acidentes durante as movimentações das crianças, possui um ventilador numa das paredes, mais mesas e cadeiras pequenas, em que a professora distribui as crianças em quartetos ou as une e faz uma grande mesa para atividades mais coletivas. As paredes estão com pintura envelhecida e são pregados vários cartazes como o de nomes, do alfabeto, do tempo, e com atividades das crianças. Ainda, há um quadro/lousa e uma pequena estante pendurada com livros. Um armário que a professora guarda os materiais didáticos e de expediente utilizados nas aulas. Chama atenção as fiações elétricas aparentes e ao alcance das crianças.

A condição da sala referência das crianças encontra-se em desacordo a garantia de qualidade de atendimento nessa escola do campo para a turma de EI com crianças de 04 e 05 anos, dado a forma como estão sendo assistidas. E, embora, estarem juntas as duas faixas de idade não seja o problema, a questão é a forma de condução do trabalho pedagógico que acontece sem a devida atenção por parte dos envolvidos, abrangendo, inclusive, o direcionamento da SEMEC já que não existe coordenação pedagógica. Sem contar na ausência de respeito à especificidade das idades, que exige, conforme aponta as diretrizes de EI a valorização das vivências corporais, gestuais, artísticas etc., portanto, o que vemos é um trabalho pedagógico que precisa ser qualificado para que o processo educativo da criança na EI atenda o mínimo exigido.

Conforme é orientado nas diretrizes, as instituições de EI devem dispor de espaços, materiais e equipamentos próprios para atender as crianças matriculadas, bem como professores

que sejam capazes de aproveitar todo o potencial que o local oferece para propiciar aulas atrativas e de promoção ao conhecimento.

No âmbito dos materiais didáticos a escola dispõe de aparelhos eletrônicos e tecnológicos, possui uma (1) impressora, um (1) computador e um aparelho de tv, além de estar conectada à internet por meio de uma rede de wi-fi.

O mobiliário da escola está em bom estado de uso, mesas e cadeiras encontram-se bem conservadas. Para o atendimento das crianças do Ensino Fundamental há carteiras e mesas individuais.

Fotos 11 e 12 – Janelas das salas



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Para o funcionamento da escola, conta-se um total de nove (9) profissionais, três professoras, todas com formação em nível superior, sendo uma (1) efetiva e duas contratadas, uma (1) diretora com formação em pedagogia que atua também como professora para cumprir a hora atividade da professora efetiva. Mais, duas serventes, efetivas, que trabalham uma em cada horário de aula, dois (2) vigias, um efetivo e outro contratado e um rabeteiro que é contratado por uma empresa terceirizada, que presta serviço para a prefeitura com o transporte escolar das crianças que moram nas áreas de rio.

É importante mencionar que o corpo docente que trabalha nessa escola para atender as turmas da EI e do EF anos iniciais nos dois turnos é formado, exclusivamente, por mulheres professoras, que também são mães de alunos que estudam na escola.

A Escola A, integra a rede de ensino municipal classificada no censo escolar como escola rural/Quilombola e funciona como anexo da escola-polo Maximiano Cardoso que fica localizada na cidade. A escola-polo é responsável pelo acompanhamento pedagógico e documental da escola do campo, assim são responsáveis pela condução dos processos de matrícula, transferência e outras demandas referentes aos alunos atendidos na escola. Essa

forma de organização como já dito acontece em quase a totalidade das escolas do campo do município.

Outro aspecto organizativo das escolas ribeirinhas e das demais escolas do campo, como ocorre na escola A é a adoção do modelo multisseriado. Nesta escola estão matriculados um total de 54 estudantes, estudando em dois horários e divididos em três turmas de acordo com as idades e o ano/nível, conforme a distribuição: uma turma multisseriada de EI com 18 alunos de 04 e 05 anos, cursando o PI e PII na mesma turma que funciona pela manhã. Uma turma multisseriada de EF com 15 alunos de 06 e 07 anos, cursando o 1º e 2º anos pela manhã. E outra turma multisseriada de EF com 21 alunos, cursando o 3º, 4º e 5º anos no período da tarde.

Pude perceber que o atendimento leva em conta o quantitativo de crianças que existe na comunidade, suficiente para formar uma turma e como não são muitas da mesma idade/ano/nível acabam organizando as turmas meio que multisseriado. Ou seja, a solução é agrupar as crianças considerando as idades/níveis de ensino próximas em uma mesma sala.

No que se refere a distribuição das turmas nos horários percebi que fica mais fácil promover a interação de crianças de EI, com as de 06 e 07 anos que são de outro nível, mas em faixa etária próxima, tanto é que na hora da merenda aproveitam para o convívio entre si nos espaços internos da escola. Também, os pais preferem que os filhos menores estudem pela manhã, como foi informado pela gestora da escola, porque nesse horário estão trabalhando e as crianças ficariam sozinhas em casa e na própria escola estudando, de tarde, estariam com crianças maiores podendo se machucar com essas.

Durante minha observação mais detida no cotidiano escolar, tive a oportunidade de fazer percurso de ida e volta pelo rio dentro da comunidade. Percebi um pouco do convívio das crianças nos espaços/ambientes dos arredores de suas casas como as pontes e malocas, visualizei algumas crianças na água tomando banho no rio, ficou claro que essas crianças vivenciam suas rotinas com base em ensinamentos comunitários, talvez, por isso, desde já sabem das coisas do rio, da natureza, do lugar, de histórias o que as sustenta na formação de suas identidades. Para exemplificar são comuns as crianças ajudarem nos afazeres de casa, como juntar caroços de açai.

Essas crianças vão introjetando o que dizem seus pais, que precisam estudar para aprender o que eles não podem ensiná-los como ler e escrever. Por isso, precisa ir à escola diariamente.

A escola é abastecida com a merenda escolar periodicamente, distribuída pelo Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE), integrante da SEMEC. A alimentação escolar é

subsidiada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que repassa recursos financeiros para o abastecimento da alimentação ao atendimento dos estudantes matriculados nas escolas. Atualmente a União repassa valores de acordo com a etapa de ensino, por dia letivo e por cada aluno matriculado, assim para as creches são repassados R\$1,07; a pré-escola recebe R\$ 0,53 centavos por aluno e, as escolas indígenas e quilombolas, recebem R\$ 0,64 centavos por aluno. Com base em legislação própria (lei nº 11.947/2009), foi estabelecido que 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra de produtos diretamente da agricultura familiar, a fim de desenvolver a economia sustentável das comunidades (BRASIL, 2009a).

Cabe informar ainda, que a escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP), mas este encontra-se desatualizado, e vem seguindo as proposições curriculares fornecidas pela SEMEC, a partir do DCMA.

### Caracterização da Escola B

Fotos 13 e 14 -Escola e trapiche do rio Arapapú



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

A Escola B, fica localizada no rio Arapapú, e atende alunos do Arapapú beira da costa (baixo), rio Piquiarana-Mirí e do rio Arapapú acima até as proximidades do rio Itacuruçá. Igualmente a primeira escola, também é classificada no censo escolar como escola rural/Quilombola, embora esteja situada a margem direita do rio como área de marinha/ribeirinha (margem fora de território quilombola) ficou assim classificada devido atender todas as crianças da parte do rio que está em território quilombola.

A escola funciona em prédio próprio, construído em alvenaria, possui três (3) salas de aula, amplas e revestidas, mas não forradas, uma secretaria (1), uma cozinha com dispensa para guardar alimentos, um pátio que serve como refeitório, três (3) banheiros sendo um para professores e os outros dois para as crianças, com louças sanitárias adequadas ao tamanho das crianças que frequentam a escola, dentro do prédio. Possui energia elétrica, o abastecimento de

água se dá por meio da captação da água do rio que passa por tratamento, filtragem e distribuição para a escola e a comunidade do entorno.

O mobiliário para as aulas encontra-se em bom estado de conservação, com mesas e cadeiras apropriadas para o atendimento de crianças pequenas e, para os alunos maiores, são utilizadas outras carteiras de madeira. Dentro das salas existem armários de ferro para os professores guardarem seus materiais. E, do lado externo as salas, no pátio, ao lado de alguns materiais de construção, estão dispostas estantes com alguns poucos livros, jogos pedagógicos que são acessados pelos alunos na hora do recreio. Para a elaboração e confecção de atividades a escola conta com uma (1) impressora, um (1) computador conectado à internet por rede de wi-fi própria da escola. Ainda, há televisores e aparelho de DVD utilizados durante as aulas pelas professoras da educação infantil.

A escola possui quatorze (14) funcionários, sendo cinco (5) professores, desses três (3) possuem graduação em pedagogia e dois (2) possuem magistério e curso complementar. Desses docentes, um é efetivo e os outros são contratados. Os demais profissionais são duas (2) serventes, contratadas, dois (2) vigias, sendo um efetivo e outro contratado, dois (2) rabeteiros terceirizados que prestam serviços para a prefeitura e uma (1) gestora escolar, formada em pedagogia, que também atua como professora, cobrindo a hora atividade do professor efetivo.

O corpo docente da escola B é formado por 3 professores e 2 professoras, sendo as que atendem a EI são professoras, confirmando a tradição do professorado eminentemente de mulheres, e ainda prevalecendo na educação escolar das crianças no campo e na área urbana efetivada por professoras.

A escola não possui PPP, as informações da gestora são de que estão na fase inicial, com o levantamento dos procedimentos para a construção. Da mesma forma que a outra escola, a organização do ensino na instituição ocorre pela adoção do modelo multisseriado e pela condução da SEMEC.

Estão matriculados na escola um total de 74 alunos, estudando em dois horários assim divididos: uma turma de maternal com 10 crianças de 03 anos a nível de EI, no turno da manhã, mais uma turma multisseriada com 13 alunos de 04 e 05 anos, cursando o PI e PII - a pré-escola, no período da tarde. No EF tem uma turma de 1º ano, com alunos de 06 anos, no turno da manhã e uma turma multisseriada com 19 alunos de 07 e 08 anos, cursando o 2º e 3º anos pelo turno da tarde, e mais uma turma multisseriada com alunos de 09 e 10 anos, cursando o 4º e 5º anos, também no turno da tarde.

Na Escola B o acesso é exclusivamente pelos rios, subsidiado pelo transporte escolar municipal realizado por dois rabeteiros. A merenda escolar funciona nos moldes da Escola A, ou seja, é frequente, variada e é recebida semanalmente. Também, é organizada a partir do mesmo setor e programa. Apesar da alimentação escolar nas duas escolas ser variada e, nutricionalmente gestada considerando o período escolar e a necessidade das crianças, ainda percebi a merenda servida de modo alternado, os alimentos que chegam nas escolas são adquiridos em supermercados escolhidos pelo Setor, ficando de lado o que diz a lei sobre utilizar alimentos da agricultura familiar.

Com base nas observações pode-se dizer que a infraestrutura das duas escolas não condiz com o exigido, requerido e direito ao atendimento de crianças de EI, sobressaindo a irregularidade da alimentação escolar, do espaço físico, e também dos recursos humanos, docentes sem a devida formação continuada e o acompanhamento pedagógico para que de fato, se promova educação escolar de qualidade socialmente referenciada conforme apontam as legislações que discutimos nos itens anteriores deste relatório. As salas apesar de serem grandes, não possuem dispõem de materiais pedagógicos suficientes para atender as crianças e espaço voltado as vivências corpóreas e outras.

Ainda, mesmo as escolas situadas ao redor de ambientes arborizados e com outros elementos naturais como o rio e os quintais, ainda o direito a acessar a natureza utilizando-se dessa como ferramenta didática a partir dos elementos como a grama, as pedras, folhas, água, areia, este acesso é negado. As aulas se limitam ao espaço da sala referência em que as crianças são atendidas com atividades padronizadas a partir de pinturas e rabiscos em papeis.

### **Alguns aspectos observados nas duas escolas**

Algo bastante usual notado na observação diz respeito com um costume comum nas escolas ribeirinhas, para alguém que mora na área urbana como eu. Foi um misto de surpresa e admiração presenciar a desenvoltura corporal de crianças tão pequenas no desembarque do barco, pulando para a escadaria e correndo enfileirados, ainda que sob o olhar atento do rabeteiro. Elas seguiam correndo na extensa ponte de madeira até ao portão da escola, onde outra surpresa nos aguardava, algo memorável de ser ver, as professoras aguardavam as crianças para lhes dar a benção e conduzi-las às salas. Constituíam-se, um ritual, porque se repetia, traduzia um valor e a continuação de um costume, retratava o trato e o respeito da educação recebida em casa sendo transmitida/socializada no ambiente escolar pelas crianças. *Eu tomo bença porque é mais velho, tem que tomar*, disse uma das crianças (Caderno de campo,

2023). Cabe esclarecer que esta manifestação foi presenciada na escola B, repetido diariamente nos turnos.

Na escola B tivemos contato com todos os estudantes nos dias em que ficamos lá, o que nos possibilitou constatar que todos seguem na escola o processo educativo desde a EI até o quinto ano do EF, quando irão passar para outra escola que atenda o ensino fundamental anos finais. No caso desses alunos a continuidade dos estudos é na Escola Santo André, no rio Itacuruçá que atende até a conclusão do ensino médio, e assim finalizam a educação básica.

Nesta escola a sala da EI é utilizada para as duas turmas por ser a maior sala existente na instituição. Segundo as professoras o espaço é melhor para a interação e as representações corporais típicas da idade como correr, pular, brincar. A professora que atende as crianças do maternal tem formação em magistério e atua a três (3) anos como professora contratada atuando esse tempo na EI. Ela é nascida e criada na comunidade, mas faz anos que mudou para a cidade, assim, atualmente vai e volta todos os dias em barcos freteiros, o que segundo ela, consome uma boa parcela do salário que recebe.

Ainda, observando a sala de aula da Escola B e tudo que se passa, pude ver um pouco da prática da professora e o esforço dela para desenvolver atividades pedagógicas com as crianças sem material pedagógico, contava a professora com poucos cartazes para a interação das crianças. Tinha uma chamada e um quadro com a quantidade de alunos. Considerei uma sala sem cor, bem diferente do que costumamos ver em salas de EI. Sobre a ausência de material pedagógico realmente não havia, lápis de cor, papel, brinquedos ou jogos pedagógicos, sob a justificativa de que estávamos na primeira semana do ano letivo e a escola estava só começando os trabalhos. As fotos que seguem, são da sala referência de EI.

Fotos 15 e 16 – Recursos existentes na sala de EI (escola B)



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Os poucos materiais existentes, foram recolhidos pelas próprias crianças e a professora, fruto de doações. Também, a professora não tinha uma forma mais partilhada para o uso destes, o que causava alguns conflitos entre as crianças. Em contrapartida, a professora buscava outros

meios para dar sua aula, sentava-se ao chão, fazia brincadeiras para que as crianças pudessem movimentar seus corpos e conseguia atenção de todas. Durante um dia de aula observado, chamou minha atenção a atividade proposta pela professora às crianças, que consistia em sentar-se com todas elas no chão da sala e ir estimulando para que falassem do que gostavam de fazer e, após com poucos jogos buscava favorecer a interação das crianças, além de promover a linguagem.

Outra situação foi a movimentação das crianças através de músicas e vídeos pela tv que havia na sala, e as crianças tinham a tarefa de imitar gestos, pular, correr, circular no ambiente levando em conta as músicas. A professora também saía para o pátio com as crianças fazendo corridas curtas em buscar de objetos escondidos fora da sala, segundo a professora, estimulava a atenção e os movimentos corporais das crianças, conforme registrado por mim.

Fotos 17 e 18- atividades com crianças do maternal (Escola B)



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Nas demais observações como parte do trabalho de campo realizado, direcionando o olhar para essa turma, a falta de material pouco mudou. Mas a professora conseguia atender as crianças com os poucos recursos pedagógicos, desenvolvendo atividades de pintura e de colagem intercalando com momentos de conversas e brincadeiras, cantorias e imitando movimentos corporais utilizando vídeos. O vídeo/Tv era utilizado diariamente como ferramenta pedagógica pelas professoras nas duas escolas observadas.

Como informamos a turma do PI e PII é composta por 13 alunos, sendo 5 do PI de 04 anos e 7 do PII de 5 anos, e a professora tem formação em pedagogia, trabalha a quatro anos como professora contratada, sendo este o segundo ano dela em escola ribeirinha. Ela também vai e volta diariamente em barcos freteiros<sup>5</sup>, pois reside na cidade.

Nessa escola B a professora também se ressentia da falta de material pedagógico, mas diferente da professora do maternal ela diz que ter implicação substancial no seu trabalho,

<sup>5</sup> São barcos de linha que fazem o transporte fluvial, deslocando da cidade até as localidades nas ilhas, normalmente saem de madrugada e voltam no final da manhã.

porque as crianças precisam iniciar o processo de alfabetização. Ainda, segundo a professora, as crianças não frequentaram o maternal no ano anterior e precisam cortar papel, brincar com massinha, pintar, colar. Como não tinha esses materiais a professora faz uso de vídeos educativos através da televisão. A professora se planeja para dar sua aula de acordo com o que tem, assim ela traz atividades impressas de casa e desenvolve suas atividades da maneira que consegue. Tal situação reflete a falta de investimento sério na educação das crianças com políticas educacionais voltadas a educação do campo que alcance mudanças efetivas e eficazes e, dessa forma, os direitos das crianças à educação e qualidade de fato aconteça conforme retratam as leis citadas neste trabalho. Ademais, não é somente a falta de materiais, mas também o avanço no amadurecimento pedagógico enraizado no que diz as diretrizes da Educação do Campo, da EI e das escolas quilombolas. O que começa por pensar a construção efetiva e promissora de propostas pedagógicas direcionando o currículo e não o desenvolvimento de uma prática seguindo o currículo urbanocêntrico.

As escolas do campo como nos dizia Hage (2008), ainda vivenciam situações de precarização, a exemplo das questões relatadas pelas professoras da Escola B, do rio Arapapú. Revela um problema ainda comum na realidade do campo e bastante forte no contexto observado, o que reflete a falta de políticas públicas que garantam o cumprimento de leis como resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, no que se refere ao atendimento da Educação Básica do Campo, que em seu Art. 7º destaca a infraestrutura adequada para o atendimento educacional:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo. (BRASIL, 2008).

Mesmo com tantas dificuldades foi possível perceber o empenho dos profissionais da escola buscando propiciar uma educação que minimamente consiga abarcar as necessidades das crianças, no entanto, muito ainda precisa ser feito para melhorar, um exemplo disso é o fato de a escola estar de pintura nova, graças ao esforço conjunto dos profissionais e dos pais para que a escola iniciasse o ano letivo em espaço agradável. Nesse sentido, afirma a gestora da escola: *temos plena consciência de que o ensino nesta unidade escolar está longe de ser o ideal, mas estamos nos esforçando para oferecer o melhor para nossas crianças nas condições que nós temos* (Gestora escolar, 2023). Nesta fala pode ser percebido o quanto ainda carecemos entender melhor sobre a função da escola, e dessa forma não aceitar os atrasos para a educação do campo como aparece nas falas já que as escolas do campo devem ser organizadas no sentido de fortalecer os vínculos com o local e dentro do exigido para seu funcionamento.

Foi-nos informado que é o primeiro ano da gestora à frente da escola, ela tem formação em pedagogia e já atuou como professora. É filha da comunidade e mora na cidade. Deixou claro sua vontade de tentar mudar a realidade da escola, segundo ela, para conseguir as coisas necessárias para o atendimento das crianças é preciso fazer diversas viagens a SEMEC, protocolar ofícios, se reunir com secretários e outros processos burocráticos, dessa forma consegue diversificar a merenda escolar, trouxe carteiras novas e providenciar verba para reparos em aparelhos eletrônicos e elétricos que deveriam ser coisas simples de se fazer, mas por se tratar de uma escola ribeirinha, pela distância da sede do município tudo se torna mais dificultoso. É preciso pensar que o trabalho pedagógico de uma escola abrange todos os aspectos de adequação das estruturas físicas e logística, bem como da ação pedagógica de qualidade no cotidiano escolar.

As observações realizadas na Escola A, também se processam nos mesmos aspectos que da Escola B. Assim, acompanhei as aulas na turma multisseriada do PI e PII, cuja professora tem formação em nível superior em Educação do Campo, e atua a 15 anos como professora contratada na rede municipal. Este ano a escola não ofertou maternal, devido não alcançar o número mínimo de 10 crianças para formar uma turma. As crianças da turma de pré-escola, são todos da escola que frequentaram o maternal no ano anterior, por isso, já se conhecem e estão avançando ao que é esperado para suas idades e desenvolvimento integral. Interação entre si e com a professora, não tem dificuldades de comunicação, muitos já estão desenvolvendo a escrita, ainda mais por terem uma sala ampla e arejada com mesas e cadeiras apropriadas e, diferente, da escola B, dispõe de diversos materiais pedagógicos, livros e brinquedos, esses, a grande maioria, foram trazidos pelos pais das crianças.

Fotos 19 e 20 - Turma PI, PII da Escola A



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Nesta escola A, como já dito, também as crianças, moradoras dessa comunidade, realizam o trajeto casa-escola-casa no transporte escolar, e outros seguem pelo ramal caminhando ou de bicicleta com seus pais, são os que moram em terra firme. A sala da turma da pré-escola é decorada com cartazes pedagógicos, já o espaço do pátio é pequeno, não permitindo muitas movimentações. As aulas acontecem mais dentro da sala.

Diferentemente da escola B, foi possível observar na escola A, um comprometimento maior da professora em desenvolver atividades para estimular a relação das crianças com o lugar, atribuímos isso ao fato de a professora ser quilombola, nascida, criada e ser atuante na comunidade, talvez por isso articule com sua prática educativa. Também, busca desenvolver atividades com as crianças que dizem respeito a realidade ribeirinha em que vivem, procurando fortalecer diariamente o vínculo das crianças com o meio. Assim, explica, *melhorando o ensino, passando para elas (crianças) amor e respeito por aqui onde moramos, também é melhorada a vivência futura na comunidade, porque eles vão se sentir parte e se importar em melhorar sempre a vida aqui* (Elizângela Sena, Profa. EI, 2023). Podemos dizer que a professora reflete sobre a concretude do que seja atuar, na perspectiva, de uma pedagogia de valorização da infância das crianças.

Em relação a Educação Infantil, esse tipo de atendimento adentra a compreensão da criança enquanto sujeito atuante na sociedade, o que conforme Kramer (2007, p. 15) “Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança)”. Ou seja, a sociedade e a família têm responsabilidade em assegurar que a educação cumpra seu papel social diante da heterogeneidade das populações infantis e das contradições da sociedade.

Assim a EI de crianças do/no campo precisa validar a condição sociocultural das crianças e a garantia dos direitos educacionais propiciando “[...] novas formas de planejar, organizar e avaliar o trabalho pedagógico de suas unidades enquanto ambientes de aprendizagens significativas e de desenvolvimento ético, político e estético das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses” (OLIVEIRA, 2010, p. 187).

Nesse sentido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, definem como objetivo essencial da EI direcionar as instituições escolares na construção de propostas pedagógicas que levem em consideração os direitos essenciais das crianças como respeito, proteção e dignidade:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de

conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 18).

No entanto, a garantia desse acesso não se dá de qualquer maneira, é preciso organização, planejamento e uma ação pedagógica eficaz, logo, prescinde atuar dentro da realidade de vida das crianças, respeitando as suas especificidades e a partir de uma pedagogia coletiva, com materiais, espaços e tempos vivos nas escolas.

As observações vivenciadas nos levam a dizer da grandiosidade do processo pedagógico e, também, das dificuldades encontradas pelas escolas, no sentido de propiciar uma educação que minimamente contemple as necessidades das crianças ribeirinhas, desde sua chegada na escola, passando pela estrutura física até a prática educativa das professoras. São desafios que vão ao encontro das leis, diretrizes e resoluções da educação básica no/do campo, observadas as adaptações as particularidades da vida no campo, conforme especifica o Art. 28 da LDB:

Na oferta da educação básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – Adequações à natureza do trabalho da zona rural. (BRASIL, 1996).

Nesse mesmo documento também encontramos em seu Art. 29, a finalidade para o atendimento da educação infantil.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Nas legislações são evidenciados a obrigatoriedade dos sistemas de ensino em propiciar uma educação básica voltada para a valorização do lugar, com a implementação de metodologias e conteúdo de ensino adequados ao meio rural, que os sujeitos do campo “articulem e assumam a condição de sujeitos do seu destino” (CALDART, 2002, p. 19).

Para o atendimento da educação do campo as DCNEI, preveem que as propostas pedagógicas das escolas de EI devem:

Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

rever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. (BRASIL, p. 24).

Nas duas escolas observadas, como afirmamos vimos situações contrastantes desse processo. Ao mesmo tempo, que percebemos a existência de práticas diferenciadas de atendimento e que reverberam positivamente na aprendizagem das crianças, também ficou evidente que, mesmo com os direitos assegurados acerca das práticas educativas específicas para atender a crianças que moram no campo, o que se observa de fato é uma educação escolarizada aos moldes da educação urbana, com padrões e medidas que pouco levam em consideração as especificidades das comunidades e das crianças nesse contexto.

Decorre, talvez, da fragilidade de um ensino que não contempla um projeto educativo norteador, a ausência de formação continuada para que o corpo docente desenvolva atividades educativas que envolvam a natureza do lugar e tome os conhecimentos das crianças. Pois as crianças nesse movimento se mostram desejosas em querer aprender e estar no ambiente escolar. Para exemplificar, as escolas estão em terrenos amplos e cercados de muito verde com árvores frutíferas e local propício ao desenvolvimento de atividades ao ar livre, o que é característico das crianças de EI, no entanto, o que se observa são docentes e crianças enclausuradas dentro das salas.

A esse respeito as DCNEI destacam como eixos centrais, as interações e a brincadeiras integrantes das práticas educativas na educação infantil, especialmente, no que se refere as crianças terem experiências no contexto escolar que:

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;  
[...] Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;  
Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; [...] (BRASIL, 2009, p. 25-26).

Reiteramos, para isso é de suma importância a formação adequada dos professores, e um olhar atento aos repertórios de vida de cada crianças, dessa forma possa o “planejamento incorporando-os como situações de aprendizagem e como temáticas que aprofundam os conhecimentos do coletivo das crianças e da própria professora, constituindo comunidades de aprendizagem” (SILVA; PASUCH, 2012, n/p).

Referente a organização do espaço para a aprendizagem das crianças da EI em todos os contextos, Oliveira (2010), elenca aspectos que devem ser observados pelos professores quanto ao desenvolvimento das atividades e as práticas educativas.

O cotidiano dessas unidades, enquanto contextos de vivência, aprendizagem e desenvolvimento, requer a organização de diversos aspectos: os tempos de realização das atividades (ocasião, frequência, duração), os espaços em que essas atividades transcorrem (o que inclui a estruturação dos espaços internos, externos, de modo a favorecer as interações infantis na exploração que fazem do mundo), os materiais disponíveis e, em especial, as maneiras do professor exercer seu papel (organizando o ambiente, ouvindo as crianças, respondendo-lhes de determinada maneira, oferecendo-lhes materiais, sugestões, apoio emocional, ou promovendo condições para a ocorrência de valiosas interações e brincadeiras criadas pelas crianças, etc.). (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

O relato de uma das professoras, quando questionada sobre este assunto no cenário de suas aulas, nos conduz a pensar na necessidade de um projeto educativo que priorize de fato as especificidades do contexto ribeirinho. Segundo ela: *Seria impossível fazer uma atividade fora da sala com essas crianças, eles são muitos levados, pra cá eles vêm pra estudar dentro da sala de aula, outras coisas eles fazem na casa, correr, pular na ponte* (Professora de EI, 2023).

Vemos o quanto ainda se precisa avançar na compreensão de um projeto de ensino emancipador, condizente com a escola do campo, melhor, com as escolas às margens das águas, da floresta e com as crianças participando de fato. Com propostas pedagógicas que incorporem a importância da natureza que é direito das crianças, em suas formas de lidar com o ar livre e outros ambientes do lugar favorecendo a integração dos saberes e o seu desenvolvimento integral. Essa postura decorre da formação inicial alicerçada e direcionada ao ensino urbano, no entanto, a demanda de professores para essas localidades é real, e vão docentes para esse contexto com pouco ou sem vínculo nenhum com o campo. Nessa situação, Freitas *et al.*, (2012) afirma que:

Os professores acabam sendo pressionados a utilizar os livros didáticos que circulam nessas escolas, muitas vezes antigos e ultrapassados, como a única fonte para a seleção e organização dos conhecimentos utilizados na formação dos estudantes, sem atentar para as implicações curriculares resultantes dessa atitude, uma vez que esses manuais pedagógicos impõem a definição de um currículo que pouco se relaciona com a realidade, a vida e a cultura das populações do campo, das águas e da floresta. (p. 244)

Somado a isso, existe também a instabilidade da condição temporária que os professores ficam suscetíveis a pressões políticas, reverberando em suas ações escolares, e dessa forma o que presenciamos são práticas educativas meramente voltadas a resultados de avaliações nacionais, por vezes, deslocado da realidade das crianças e com resultados também negativos.

Para além disso, crianças tem direito a outra educação, cuja vivência seja prazerosa e de fora para dentro da sala de aula. Significa tempo de viver sua infância nas rotinas escolares que envolvem o brincar livre e novos jeitos de ensinar-e-aprender, esses mais alegres e infantis. *Aqui na escola tem uma goiabeira lá na frente, só que nós não podemos ir lá pegar por que a tia não deixa por que vai se sujar* (Alexsandro Lobato, 05 anos). As crianças aprendem e se

desenvolvem o tempo todo, em todos os lugares. Mas boa parte de seu dia é vivido nas escolas. Muitas delas são cinzas, fechadas, e suas rotinas não incluem a possibilidade do brincar e aprender do lado de fora.

É preciso que os profissionais das escolas conheçam diferentes estratégias e que articulam a infraestrutura escolar, o entorno da comunidade na proposta pedagógica. “A articulação entre o planejado e o inusitado deve ser constante, seja na escuta da criança, da pesquisa e das perguntas que ela faz sobre o mundo, seja no próprio fazer do professor” (SILVA; PASUCH, 2012, p. 14).

Outro aspecto notado durante as incursões em campo foi a ausência de um ensino de fortalecimento e respeito a diversidade étnico-racial, ainda mais as instituições sendo parte de territórios tradicionais, e cujo município possui mais de onze comunidades remanescentes de quilombo, conforme afirma, Pojo (2021, p. 28):

Fazendo parte do contexto rural abaetetubense estão, de modo transversal, as onze comunidades quilombolas e diversas outras que são identificadas como ribeirinhas, assentadas e as que entrecorram as águas, isto é, situam-se em contextos quais são tangenciados por uma travessia sócio-histórica por parte de sujeitos, com seus modos de viver e de estar no espaço-tempo dos rios, dos furos, dos igarapés, de matas, como expressões materiais e simbólicas. Essas comunidades margeadas pelas águas também desenvolvem fluxos produtivos e de convívios nos rios, igarapés e furos.

Convém salientar que a educação escolar quilombola é a vertente para os contextos, conforme a legislação brasileira. Na prática ainda é um devir. Trata-se de uma modalidade de ensino que reconhece as especificidades dos povos remanescentes de quilombo e perpassa todas as etapas e níveis da educação básica, por tanto, deve ser desenvolvida segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012).

Esta, precisa ser efetivada nas escolas mencionadas porque atendem sujeitos quilombolas. Porque nos territórios há conhecimentos, as lutas e resistências em andamento. Assim, o ensino é um ato de continuidade aos sentidos de pertencimento e de consciência negra/quilombola. Em suma, é necessário um professorado comprometido com as questões diversidade étnico-raciais conforme aponta as Diretrizes.

O que presenciamos foi um atendimento escolar precisando mudar para melhor quando se trata das diretrizes tanto para a EI, do Campo e da dimensão educativa quilombola. Vimos infraestruturas ainda precarizadas, espaços mal construídos e adaptados, ausências de materiais e condições boas nos equipamentos e toda logística, isso inclui o abastecimento de água e condições sanitárias adequadas. Estes fatores resultam nas relações pedagógicas, e ainda, a inabilidade da formação dos educadores para uma atuação dentro da lógica do contexto. Como

síntese, listamos alguns aspectos observados durante esta pesquisa que podem influenciar no atendimento da Educação Infantil, entre eles estão:

- Rabeteiro (se faltar, muitos alunos deixam de estudar);
- Freteiro (que traz os professores, principalmente para a demanda da escola do Arapapú);
- Falta de água na caixa;
- Falta de energia;
- Falta de merenda escolar;
- Falta de material pedagógico (segundo professores diminuem as atividades e causam desinteresses nas crianças); (Caderno de Campo, 2023).

### **3. AS CRIANÇAS NAS ESCOLAS E NAS COMUNIDADES: DE SUAS PRÁTICAS SOCIAIS À PRÁTICA DE APRENDER NA ESCOLA**

As crianças nas comunidades são indivíduos ativos, ávidas por aprender e se movimentar nos diversos espaços, portanto, está na escola significa continuar seus processos de vida, isto é, desejam seguir com a gramática infantil de convivência.

#### **3. 1. Sobre as gramáticas sociais das crianças nos espaços interágua**

As comunidades que ficam nos rios Tauerá-Açú e Arapapú situam-se geograficamente em área beira de rio associada, portanto, pela dinâmica dos cursos das águas. São territórios quilombolas/ribeirinhos ladeados por densa área de várzea e de terra firme. O verde da natureza é um dos elementos que compõem a natureza desses lugares, com fauna e flora em abundância, somando-se a essa paisagem as diversas embarcações, a variedade de trapiches, pontes e as malocas que ficam na beirada do rio etc. Uma das características principais desse contexto é a confluência entre a água e a terra (POJO, 2021).

A água materializada nos rios, furos e igarapés, faz parte do percurso histórico de vida dos moradores dessas comunidades. O rio é utilizado como via de transporte em idas e vindas para o trabalho, até a cidade, para o lazer e demais afazeres, bem como para os aprendizados infantis que ocorrem de diversas maneiras. Para essas comunidades os rios se constituem como elo central que os liga ao resto do mundo e permeia as relações entre o rural ribeirinho e o urbano, terra e água, que possibilita a interlocução na Amazônia paraense do humano com a natureza à medida que estes produzem e sanam suas necessidades existenciais nesses espaços. Conforme Pojo (2021):

[...] Os espaços e deslocamentos nas/das águas e nas/das terras ditam fortemente a ordem social, cultural, política e econômica das pessoas em muitos lugarejos, povoados e comunidades perfazendo um construto da vida rural nesses territórios onde residem populações que interligam suas ações a essas movimenta. (POJO, 2021, p. 21).

As duas comunidades possuem modos de vida ribeirinho com a prevalência do trabalho a partir da pesca artesanal, da agricultura familiar e do extrativismo vegetal principalmente como o manejo do açaí e outras frutíferas como pupunha, banana, cana de açúcar, da produção de farinha mesmo que raramente entre outras formas obtenção de recursos. As casas<sup>6</sup>, e vilas estão situadas a beira dos rios. Nessas comunidades há pequenos comércios, campos de futebol, pontes ou trapiches, caminhos feitos por miritizeiros e outros.

---

<sup>6</sup> As casas, algumas de alvenaria e, a maioria, de madeira construídas nas margens dos rios.

São comunidades tradicionais quilombolas em razão dos moradores serem remanescentes de quilombos, tendo como base uma vida alicerçada no cotidiano ribeirinho (POJO, 2021). Os saberes das crianças se embasam na vivência cotidiana com seus familiares e vizinhos. “Os saberes estão relacionados também com a concepção de vida, de sociedade e de relações humanas. Nessas relações, está a educação que não se faz apenas nos espaços escolares, mas acontece nos processos de trabalho, de organizações políticas e culturais” (HAGE, s/n, p. 111).

Para as crianças o aprendizado escolar é algo importante, por isso, é importante que a escola seja um local onde as infâncias do campo tenham tempo e espaço que lhes oportunize conhecer:

[...] as formas como suas comunidades nomeiam o mundo, festejam, cantam, dançam, contam histórias, produzem e preparam seus alimentos. Temos o desafio de construir creches/pré-escolas com a cara do campo, mas também com o “corpo e a alma” do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados às formas de organização da vida de seus povos, sem, contudo, abrir mão dos conhecimentos acumulados e dos direitos fundamentais válidos para todas as crianças (SILVA e PASUCH, 2012, p. 3-4).

As crianças residentes de territórios quilombolas/ribeirinhos produzem suas culturas infantis na esfera da vida por meio de práticas socioculturais diversas. Elas vivenciam na família e na vizinhança de ações coletivas como as práticas religiosas, cultos e rezas nas casas ensejando saberes. E na escola soma-se essas interações, pois elas conversam entre si e com os adultos a respeito do que sabem e assim vivem suas significações infantis.

Desde que nascemos estamos expostos a todas as ações, sejam boas ou ruins, por meio da interação cotidiana entre os diversos indivíduos sociais e o meio habitado. Conforme Brandão (2006), é por meio da interação e transformação dos “espaços-dados-do-mundo” que somos capazes de criar os “espaços sociais da vida” pessoal e coletiva a fim de promover a nossa sobrevivência enquanto espécie e possibilita transitarmos entre tempos e espaços. Assim, a interação pode ser compreendida como processos recíprocos de relações vivenciadas entre pessoas em um determinado contexto social, em espaços onde as ações partilhadas se dão pela comunicação, compreensão e manutenção de uma ordem social, do tempo e do espaço no qual ocorrem as vivências. As crianças estão em todas as partes da comunidade, são viventes dos espaços do rio, da terra, da mata, dos quintais, das pontes, das praias criando em seus mundos.

Ao longo de seu desenvolvimento, a criança explora o mundo, e com isso, vive relações de troca e reciprocidade em outros ambientes para além dos que já são conhecidos, como a família e a comunidade, em direção a escola, como afirma Brandão (2015) “Crescer e desenvolver-se é poder/dever alargar círculos de vida e de cultura entre os diferentes espaços

sociais da comunidade e, mais tarde, para além dela. O papel da creche e da escola aí é essencial” (p. 115).

Assim, quando chegam na escola as crianças chegam encharcadas de aprendizados e em interação recíproca irão construindo suas vidas, como afirma Brandão (2015):

Afinal, aprendemos as gramáticas da língua dentro da sala de aulas, mas aprendemos as gramáticas da vida entre ela e outros cenários de interações: da escola, na escola, entre a escola e a comunidade, fora da escola, inclusive nos pequenos, médios e grandes “paraísos da vida escolar”, chamados fins-de-semana, feriados e férias. E, também, contra a escola. (p. 116).

Tomando as ideias do autor, afirmamos que educação ocorre em todo lugar, constituindo base para a valorização dos saberes das crianças.

Na vida ribeirinha existe uma espécie de pujança das águas que dita todo o modo de viver das pessoas que habitam nessas comunidades. Um exemplo é a direção do rio: *eu moro lá pra baixo* (aponta com o braço em direção), *mas é lonjão, tem que pegar o rabudo e vai, vai até chegar numa casa que tem dois barcos no porto* (Kleiverson, 05 anos). Ou sobre o ir e vir: *pra ir à cidade vai no barquinho por ali, no rabudo, pra chegar lá na beira*<sup>7</sup>, que as crianças sabem por que observam ativamente a geografia desses espaços que lhes são comuns.

Ainda, aprendem que não devem ir sozinhas a ponte *pois a água chama criança pequena*, que não podem descer para o *terreiro* porque tem coisas enterradas na lama que pode furar o pé (cacos de vidro e pregos velhos), além disso, pode se cortar com mato *levar um lanho de tiririca. Eu não posso tomar banho só, tomo quando vai o papai ou a mamãe, porque eu ainda não sei nadar e posso me afogar* (Ayla, 04 anos).

Vão crescendo e junto aprendem do estilo de vida de quem mora as margens dos rios o que precisa saber para se divertirem na *cabeça da ponte*, diferenciar os animais que fazem parte do seu dia a dia como os sararás, de animais nocivos (como aranhas) e seus riscos, das espécies de peixes como os tralhotos que ficam na *flor da água* e aves como as garças, maçariquinhas e japiins, coisas que uma pessoa que mora na cidade não tem tanta afinidade.

São comuns as conversas com linguajares que dizem da rotina local, tipo *eu já sei quando é pra colocar matapi. A gente só coloca quando a água quebra, pega bem, bem camarão* (Gabriel Maciel, 05 anos). Aprendem por onde passar quando a maré estiver cheia e o mar revolto *devemos ir bem pela beira* e quando estiver seca *devemos ir bem pra fora, senão pode pegar a corda das redes ou bater nos restos de marau* (Gustavo, 05 anos) (Caderno de campo, 2023).

<sup>7</sup> Frente da cidade, trapiche aonde as pessoas que vem das ilhas desembarcam. Nesse local, há um vasto comércio de produtos e serviços como venda de comidas, lojas de roupas, oficinas mecânicas.

De acordo com Brandão (2005), essas formas singulares de fazer, criar e viver da criança representa o seu mundo infantil interligado ao modo de vida sociocultural que as ressignificam num processo educativo permanente e informal que vai além dos muros da escola. Elas vivem uma interação socializadora conforme afirma Brandão (2015). *Vou te ensinar nadar, é assim ó: olha! Solta do pau, bate o pé na água, bate a mão na água e nada, assim que eu aprendi* (Gustavo, 05 anos). Durante essa aula de nado pela criança, ela deitou-se no chão da sala e mostrou como era para fazer na água, dizendo que quem mora no sítio tem que aprender nadar logo. A fala da criança diz de relação íntima com as águas e com o rio, quando mostra saber nadar e o desejo de ensinar, o que a meu ver esta ação diz da importância de aprender nadar desde cedo, já que o rio requer cuidado para com as crianças pequenas e, saber nadar, torna-se um marco na vida dos moradores desse contexto. Porque a vida flui pelas águas, e nadar significa a liberdade de convívio das crianças e, ao mesmo tempo, o alívio que os pais almejam, devido irem todos os dias com os rabeteiros para a escola.

Durante as observações pude presenciar a sabedoria de uma criança que com os seus 03 anos nos ensinava também sobre o nado, explicava assim: *a gente nada assim: pula na água tibum e bate o pé e nada. Eu já sei.* A outra dizia *minha mãe só deixa eu tomar banho no rio da minha casa!* (Lívia Helena, 03 anos) (Caderno de campo, 2023). Tais ensinamentos são saberes locais entranhados nas vivências das crianças, porque vivem essas experiências diariamente, logo, cada criança tem um rio só seu na/da sua arte cianceira e, cuja vivência, é real pois vive o rio tomando banho, brincando, ou seja, aproveita-se do espaço situado à frente das casas que moram, com seus pais e sob o olhar atento deles. Nesse sentido, Brandão (2005), afirma “E assim, atribuímos aos lugares de onde somos e onde vivemos diferentes sentimentos, saberes e significados, de acordo com a maneira como os vivenciamos [...]” (p. 16).

Assim, por meio dos brincares, dos saberes, dos sentidos de vida na comunidade, as crianças internalizam o seu mundo infantil, o que de acordo com Borba (2007), os infantis são aprendizes do brincar e de fazer grupos.

As crianças das comunidades pesquisadas possuem gramáticas das águas. Elas sabem subir nos transportes aquáticos como observado, sabem subir/andar nos trapiches, elas possuem uma linguagem do rio que cruzam formas de tomar banho, andar na montaria, pescar, passear, *anadar*, atravessar o rio pelo fundo etc. Ainda, a gramática social também é gestada nos aprendizados com seus diferentes grupos da família assim são costumeiros dizer a uma criança do seu lugar social. *Mas é só gente grande que apanha açaí, criança só olha. Papai que apanha açaí* (Lívia Liz, 03 anos).

Fotos 21 e 22 - Crianças nos espaços das águas



Fonte: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Aqui mais uma rápida conversa, quando da nossa observação do transporte dos estudantes, e as crianças, alvoroçadas, relatavam o que fazem em sua rotina diária em casa e na comunidade *eu fico em casa de manhã, quando eu não tenho aula*. Dizem o que aprendem olhando seus pares adultos fazerem *quando meu pai vai apanhar açaí pra nós beber, eu vou ajudar ele disbulhar<sup>8</sup>, mas quando é pra vender ele vai sozinho, por que é longe, só vou ajudar ele pra lá quando eu crescer* (Gustavo, 05 anos). Ainda, dizem do cuidado com esta natureza, a respeito de preservar as águas *o papai coloca rede e, às vezes, só pega sacola, eu acho que é por causa da poluição que a professora falou que tem no rio, a gente tem que parar de jogar lixo na água* (Kleiverson, 05 anos). São exemplos de que as crianças reproduzem ações que elas presenciam, assim aprendem do que seja sujeito ribeirinho.

As crianças circulam nos espaços da comunidade. Elas transitam na companhia dos adultos nos barcos, pelos igarapés e na cachoeira, nos campos de futebol. As imagens 23 e 24 foram registradas durante uma atividade promovida pelo grupo de pesquisa, cuja intenção era reunir crianças para uma conversa sobre o mundo das águas vivido por elas e, nesse dia iniciou no campo de futebol, denominado de *moinha*.

---

<sup>8</sup> Retirar os frutos de açaí do cacho e colocar em um recipiente, para depois ser amolecido e batido para o consumo das famílias.

Fotos 23 e 24 – Crianças



Foto: Regiane Corrêa de Carvalho, 2023.

Nesta incursão observando o convívio das crianças de 03 a 05 anos nas comunidades apreendemos um pouco da vida desses pequenos bem como as aspirações de seus familiares a respeito das expectativas de futuro dos filhos. Percebemos que as crianças dessas comunidades ainda convivem em espaços arejados cercadas de muita natureza, porém nessa idade o medo e o cuidado às vezes excessivo dos pais acaba por reprimi-las ante as experiências fundamentais do seu desenvolvimento. Assim, limitam o espaço do brincar e da convivência desses pequenos dentro de casa com celulares e tablet, sendo meios de distração presentes na realidade dessas crianças.

Essas crianças possuem processos educativos distintos de outras crianças, porque experimentam uma infância mais livre sendo possível vê-las nos espaços abertos e, mesmo as menores, quando autorizadas pelos seus pais, deixam os aparelhos eletrônicos e saem para suas criações infantis nos grupos de convivência.

Especialmente, na comunidade do Arapapú, talvez pela extensão e fluxo de movimento do rio, que se configura uma via de passagem para muitas outras localidades e exige cuidado maior com os pequenos, observei a presença delas nos locais abertos e próximo do rio, embora meu contato tenha sido mais de olhar passando/passageiro às casas que ficam ao redor da escola.

Desse olhar, pude apreender que as crianças convivem diretamente com o grupo familiar, até porque as casas da comunidade do rio Arapapú ficam distantes umas das outras e os contatos com outras crianças acontece mesmo na escola. No desembarque ao trapiche, já conversam entre si, contando do que fizeram no dia anterior. Percebi também, que algumas demonstram estar mais presas ao celular, mesmo muito pequenas já demonstram um certo apego aos aparelhos eletrônicos bem como quando estão em casa preferem ficar assistindo tv e usando tais aparelhos, assim expressou uma criança com que conversei na saída da escola.

*Agora que chegou internet na minha casa eu assisto só desenho, só saio de casa pra vim pra escola (Kleiverson, 05 anos).*

Há diferenças de interação, das vivências das crianças nas duas comunidades, porque as crianças têm oportunidades e relações distintas, seja de aprendizagem ou de contato com a natureza, e assim que vão sendo crianças.

Mais alguns saberes que norteiam o dia a dia dessas crianças nos espaços interágua.

*Aqui tem tudo (Izabela, 04 anos).*

*Aqui tem ramal, só na cidade que tem rua (Guilherme, 05 anos).*

*Eu pego sapo com a mão (Gabriel Maciel, 05 anos).*

*Eu já sei apanhar açai (Davi, 05 anos).*

*Eu já sei quando é pra colocar matapi. A gente só coloca quando a água quebra.*

*Pega bem, bem camarão (Gabriel Maciel, 05 anos).*

*Já sei nadar. Vou te ensinar a (pular), olha, cati blu, igual quando mergulha (Juliana Rocha, 05 anos).*

*Brinco na água com minha irmã, embaixo da ponte com minha mãe olhando (Alexsandro Lobato, 05 anos).*

*Meu pai sabe dirigir qualquer barco. Estou aprendendo com ele (Guilherme, 05 anos).*

*A gente vai pra cidade quando tá sol, comprar as coisas. Tipo danone (Isabela Sena, 05 anos).*

*Eu com meu pai, pegamos um peixe grandão ontem. Um Jacundá (Guilherme, 05 anos).*

*Solta do pau, bate o pé na água, bate a mão na água e nada (Gustavo, 05 anos).*

*Eu pulo da ponte daquele rio pra baixo, a gente não se bate por que o papai protege e caímos na água (Ingrid, 05 anos).*

*Eu amo tomar banho no rio de manhã (Isabela Sena, 05 anos).*

*Eu só brinco na minha casa de Tablet (Lívia Liz, 03 anos).*

*Minha mãe só deixa eu tomar banho no rio da minha casa (Lívia Helena, 03 anos).*

As falas de conversas com as crianças e as minhas observações, me permite dizer um pouco sobre a criança que vive nesse contexto. Pude ser ensinada por elas em diversos momentos sobre viver ali, certa vez quando estávamos subindo no barco escolar, meu pé escorregou no trapiche devido a maré está seca e, o barco, ancorou longe. Uma das crianças disse-me que eu tinha que aprender olhar o movimento do barco e esperar o momento certo para pular, ficar olhando a água para poder dar o salto certo para dentro do barco.

Aprendi que elas possuem uma gramática de coisas existentes nas localidades, e sabem transitar nos espaços da terra e da água, usam seus corpos para experienciar o aprender das movências nos territórios ditado por um cotidiano de águas dos rios.

### **3.2. Do cotidiano das crianças ao chão da escola**

A escola é o local do ensino, onde as crianças sob a orientação da professora, aprendem mais um pouco. Vivenciar o cotidiano escolar ribeirinho no período da pesquisa nos oportunizou enxergar os modos de organização pedagógico e a cultura local tecidas na comunidade e na vida escolar.

A rotina observada nas turmas de educação infantil se faz próxima ou igual a rotina escolar urbana, são dinâmicas, histórias e sob formas já conhecidas e repetidas.

O momento diário de agradecimentos a Deus, sempre no início das aulas, nos fez refletir sobre o estado laico<sup>9</sup> e de como a rotina de oração/confessional é presente nas salas de educação infantil (observação de vivências). A formação histórica do povo e das escolas brasileiras tem influência religiosa na sua origem, especialmente com a ordem dos jesuítas que chega junto com os portugueses ao Brasil no período colonial. Essa influência cristã se mantém até os dias de hoje. Precisamos considerar o que diz a legislação, até porque há uma heterogeneidade de sujeitos que vivenciam diferentes condições econômicas, sociais, religiosas, étnicas e estéticas.

Inferimos que a Educação Infantil é um nível com objetivos próprios e crianças únicas. Exige-se, por isso, uma profunda reflexão sobre os saberes e as potências das crianças. Precisamos superar a ideia de criança pequena apta para o ensino fundamental, e a EI efetivando uma proposta pedagógica que respeite os direitos da criança tendo como eixo as interações e a brincadeira.

Os desafios existentes em uma escola do campo, rural/ribeirinha/quilombola são múltiplos e urgentes. Nos tópicos anteriores foram citadas diversas dificuldades para o ensino nas comunidades ribeirinhas. Ressaltamos que os saberes das crianças/estudantes também são importantes, como os dos próprios ribeirinhos. Eles são sujeitos que têm um tempo diferenciado, uma vida concreta e de afinidade com a floresta e os rios. A criança Isabela Sena 05 anos, diz *quando a gente tá brincando no rio ou na terra, é uma felicidade tão grande que fazemos tudo que a nossa mãe ou nossa vó manda sem nem demorar muito. A gente gosta de tudo que tem aqui onde vivemos*. Esse ensino/conhecimento pode ser guiado pelos saberes dos sujeitos ribeirinhos e o currículo reorganizado concretizando uma escola viva e contextualizada, o que significa admitir que: “os saberes da cultura ribeirinha podem ser o ponto de partida e de chegada para reflexões sobre as práticas educativas” (POJO *et al.*, 2014, p. 196).

As brincadeiras são de extrema importância no currículo, pois são nesses momentos que elas expressam seus desejos, emoções, pensamentos e saberes. Elas encontram um jeito diferente de viver essa infância. Carvalho (2010, p. 34) afirma que, “as crianças correm e brincam com as árvores, suas vozes, seus gritos, suas risadas, misturam-se ao canto dos pássaros”. Para essas crianças o rio possui uma forte representação na sua vida, pois esse se apresenta como recurso fundamental de vida, do existir. As crianças *vivenciam suas*

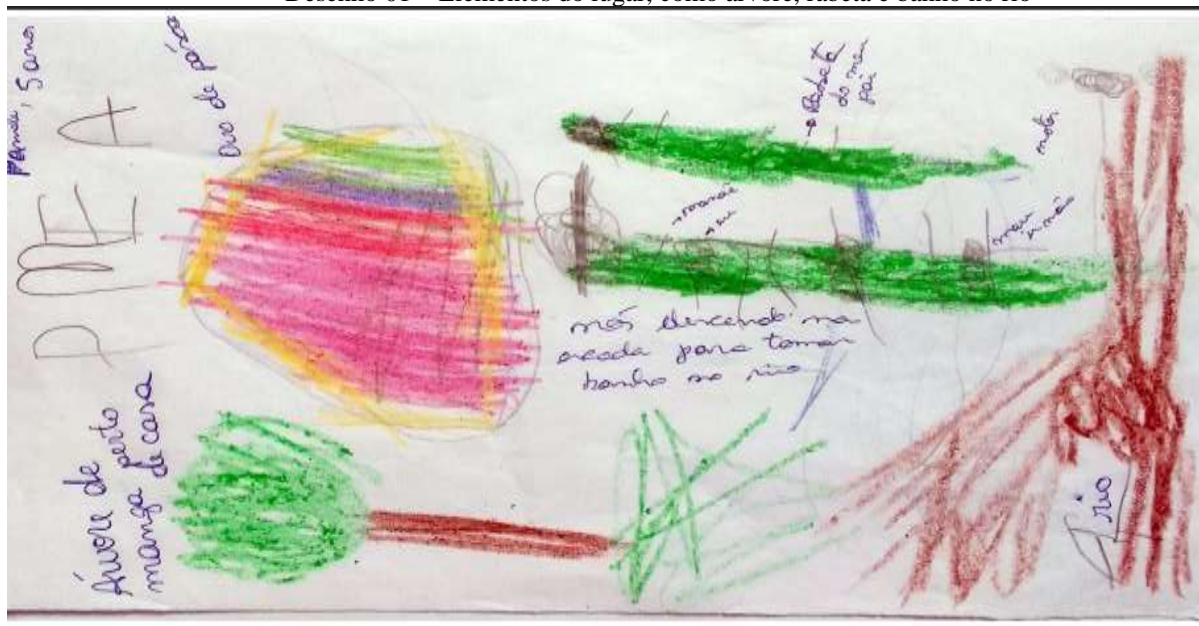
---

<sup>9</sup> O artigo 210 da Constituição Federal prevê que o ensino religioso seja oferecido em caráter facultativo nas escolas públicas. Em respeito à essa vedação, o artigo 33 da LDB prevê que o ensino religioso será oferecido assegurando o “respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

experiências e constroem novos conhecimentos, brincar nos rios faz parte da vida delas (Professora Elizângela Sena, 2023).

A seguir, nuances da vida construída sob a forma de desenhos pelas crianças:

Desenho 01 – Elementos do lugar, como árvore, rabeta e banho no rio



Autoria: Pamela, 05 anos, 2023.

Desenho 02 – Casa, lugar e rio



Autoria: Gustavo, 05 anos, 2023.

Os desenhos 1 e 2, representam o saber das crianças em relação ao viver ribeirinho, são expressões o rio, o banho, suas moradias, árvores, todo um cenário do lugar. Nesse sentido, os saberes das crianças estão interligados pelo seu modo de vida pessoal e social. Porém, com base no trabalho de campo vimos uma lacuna entre o não conhecimento das especificidades do que seja quilombola por essas crianças, questão que vale ser pensada e refletida.

Em seguida, pela imagem 25, introduzimos o diálogo ocorrido na escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro.

Foto 25 – Pesquisadora e as crianças



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

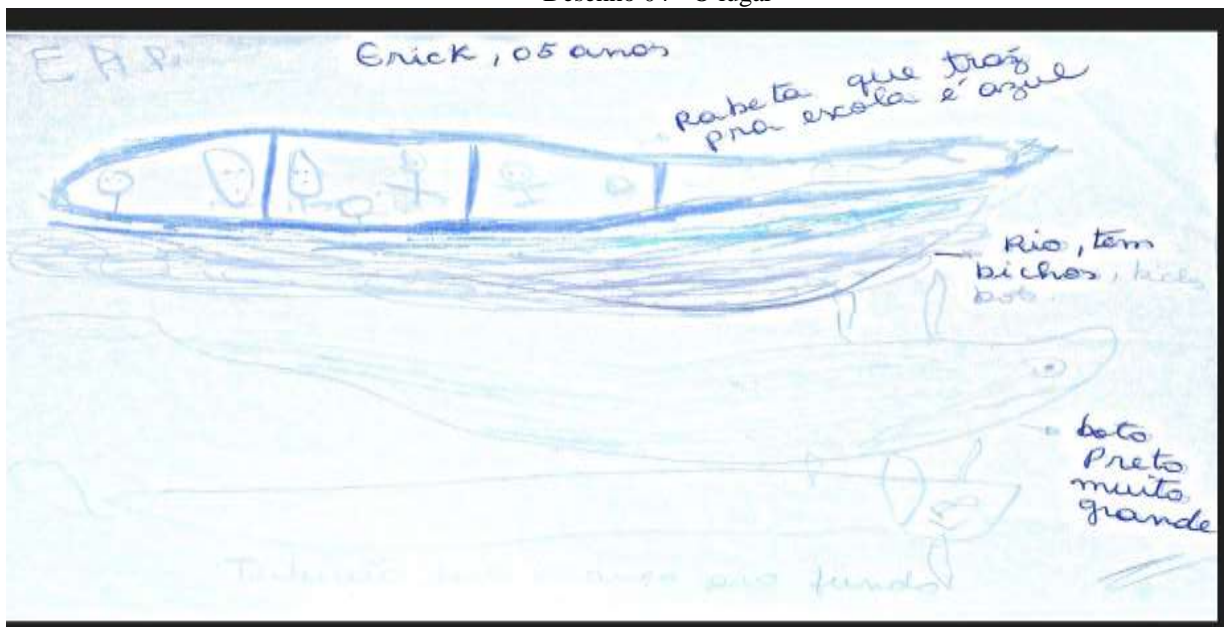
Nessa sala de aula, por muitas vezes, as crianças são proibidas de sentir e tocar a área verde em que a escola está situada. E, para saber mais do que acontece nas relações, deixei-as à vontade para que interagissem comigo, valorizando sempre seus conhecimentos prévios. Elas observavam tudo à sua volta, dialogando entre si, e em formato de desenho trago um pouco de suas explorações.

Desenho 03 – Água e o rio



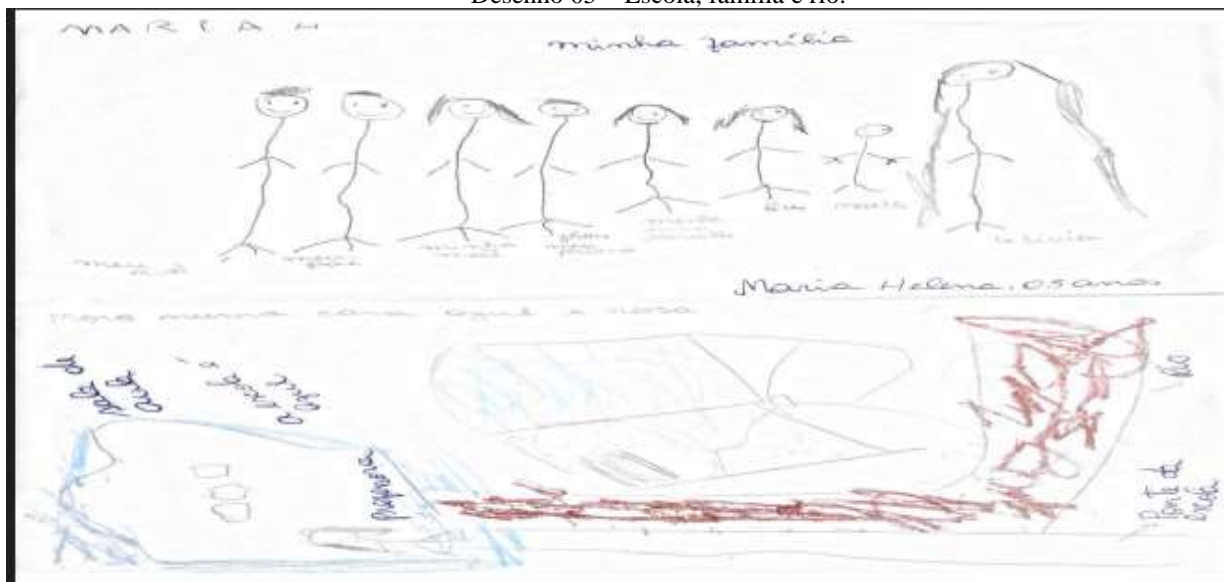
Autoria: Maria Elisa, 05 anos, 2023.

Desenho 04 - O lugar



Autoria: Erick, 05 anos, 2023.

Desenho 05 – Escola, família e rio.



Autoria: Maria Helena, 05 anos, 2023.

Nos desenhos 3, 4 e 5 as crianças sintetizam o mundo ribeirinho que os cerca. Reproduzem as suas mais diversas brincadeiras. No desenho 5, por exemplo, Maria Helena traz a família como importante em sua experiência e, ainda, relacionam com o que sabem e praticam como o andar de canoa no rio, conforme consta no desenho 4.

As crianças levam para a escola o que vivenciam no cotidiano. Pude perceber que na sala de aula o aprendizado escolar mescla com o que elas aprendem em casa, cito aqui uma atividade com brinquedos pedagógicos desenvolvida na sala do maternal, quando um dos alunos reproduzia com as peças de montar uma cadeira e dizia *meu pai sabe fazer casa, banco,*

cadeira, ponte, tudo de madeira. Eu já tô aprendendo, vou trazer um martelo pra consertar essa cadeira (Diego, 03 anos) apontando para uma cadeira com defeito na sala, nesse sentido, a professora da turma aproveitava esses momentos para instigar a comunicação das crianças.

Como já dito, valorizar o saber das crianças é uma prerrogativa central para um aprender dialógico e ativo. De suma importância para a prática educativa. Em suma, o que podemos diagnosticar através dessa breve inserção a campo, é que não tivemos tempo de amadurecer as questões e, ao mesmo tempo, foi um aprendizado significativo, pois à proporção que dialogamos com elas, fomos entendendo um pouco mais do seu imaginário e do vivido.

Ficou evidente um fosso entre o que se aprende na escola e o que se aprende fora, em casa ou na comunidade, segundo as crianças na escola se aprende ler e escrever, a respeitar os outros e a conviver a partir de regras sociais que se aprende desde casa. Na escola, *é um lugar que tem um bocado de sala que a gente estuda, tem cadeira, professora, a gente desembarca lá no porto e vem correndo, mas é longe a gente tem que vir todo dia senão fica burro, então a nossa mãe bate* (Kleiverson Cunha, 05 anos). Nessa fala vemos as implicações sociais da escola para as crianças e as famílias.

Nos desenhos que seguem enfatizam a geografia do lugar com os diversos elementos que o compõe, casas, escola, brinquedos, rio, o percurso casa-escola.

Desenho 06 – Sobre a escola, igreja e demais espaços



Autoria: Gustavo, 05 anos, 2023.

Desenho 07 – Chegada à escola, a água, o barco e os trapiches



Autoria: Livia Helena, 05 anos, 2023.

Desenho 08 – Sala de aula, caminho para escola e árvores



Autoria: Juliane, 04 anos, 2023.

As crianças nos desenhos acima, mais uma vez sinalizam o cotidiano vivido composto pelo ambiente e a rotina que o compõe, demonstrado por elementos já mencionados aqui como

as árvores, trapiches e a escola. Tudo isso as crianças aprendem antes de chegar ao ensino escolar, aprendem na gramática da vida, conforme bem diz Brandão (2015).

Outro aspecto observado recaiu sobre o brincar, pois para as crianças as brincadeiras na escola são diferentes das brincadeiras da casa, existem brincadeiras que só dá para fazer na escola por conta do número maior de crianças presentes, por exemplo, pega-pega, correr, de roda e outras, presentes nas falas.

*Eu só posso brincar na minha casa, aí quando eu venho pra escola eu brinco com meus amiguinhos, a gente faz o trabalho e brinca.  
Massinha é pra brincar só na escola, na casa só brinca de boneca e assiste televisão  
Não tem brinquedo pra gente brincar aqui na escola, só estuda  
Na escola a gente brinca com coisa de estudar, de massinha, de colar.*  
(Caderno de campo, 2023).

As falas refletem o descompasso escola-casa-comunidade-criança-adulto ainda tão presente nas escolas do campo, de modo geral. Reflete, assim, na forma como as crianças entendem a escola e a própria comunidade. Nesse sentido, um ensino vinculado a realidade dos educandos ainda se faz urgente e de necessário aprofundamento junto do coletivo das escolas.

**Tabela 02:** Sobre a escola

O que é a escola?	<p><i>É um lugar que precisamos ir porque nossos pais nos mandam; É para fazermos lições e trabalhos; Brincamos com nossos coleguinhas; Aprendemos a escrever nossos nomes; Tem que ir se não ficar burro; É longe, só dá pra ir de rabeteiro; É um lugar que tem salas de aulas; Só aprende as coisas aqui; Gostamos de ir por causa da professora;</i></p>
O que podem fazer na escola?	<p><i>Estudar; Ficar com os colegas; Brincar de correr; Fazer o que a professora manda; Ficar sentado fazendo o dever na mesba; Merendar; Não podemos ir para ponte; Sair pra frente das escolas; Se sujar; Brincar com brinquedos (só se trouxer de casa); Explorar o entorno.</i></p>

Fonte: pesquisa de campo, 2023. Org.: a autora.

As vozes das crianças contidas na tabela 02, são o resultado das conversas com um grupo de cinco crianças que estudam na pré-escola da Escola B, eram três meninos e duas meninas. Ocorreu na tarde do dia 28 de março de 2023, foi um dia que o rabeteiro faltou e aproveitei as poucas crianças que foram para a escola para conversar com elas. Após a autorização da professora, o recreio e minha observação em sala, então as conduzi-las para o pátio da escola, de posse de papéis e lápis depois das falas solicitei que as crianças fizessem

desenhos que estão no relatório. Elas, muito amorosas, compartilharam comigo dessa organização e ação.

Inicialmente, elas estavam retraídas pois pensavam que iriam fazer prova. Imaginem, e com o tempo da conversa elas foram ficando soltas, e dialogamos a respeito do lugar, do rio, de suas casas, da escola etc.

Como respostas estão as falas descritas na tabela acima, onde as crianças externaram suas opiniões acerca da escola e outros assuntos que aparecem nas suas falas, rápidas, captadas entre ações e brincades, mas que demarcam bem, como elas concebem o ato de estudar e ir para a escola. Pude inferir que as crianças, assim como os adultos, fazem uma separação distinta entre os aprendizados da escola e da casa, conforme ouvem de seus pais e pessoas próximas, elas atribuem a escola apenas o papel de propiciadora do ensino científico e sistemático, em que as pessoas vão somente para aprender ler, escrever e fazer contas, tal pensamento se confirma na fala da mãe de uma criança atendida na EI:

*Em casa nós ensina nossos filhos a viver e fazer coisas que vão servir pra eles quando eles crescerem e vão ensinar para os filhos dele. Ensinar nadar, pescar, remar, pilotar, apanhar açai, iscar matapi e outras coisas que vão servir pra o sustento deles, né! E na escola eles vão pra aprender coisas de ler, escrever e fazer conta pra não serem enganados, lá eles aprendem outras coisas que nós não sabemos ensinar em casa (Milena Santos, 25 anos).*

A fala da moradora evidencia o pensar ainda bastante impregnado na sociedade, de que a escola precisa estar dissociada da vida, o que se constitui um desafio poderoso para a educação escolar, que se mesclam a pequenos outros desafios, alguns deles são de ordem política, outros de ordem pedagógica. Política, no sentido de uma melhor compreensão por parte dos pais, comunidade em geral e educadores sobre a importância da educação infantil, e assim possam exigir/fazer um processo educativo cuidadoso e assentado nas brincadeiras e interações dos infantes nos territórios.

Pedagógico, porque é o cerne principal da escola dada sua própria função, de proporcionar aprendizagem para todos e todas e, associado aos saberes e a vida cultural das comunidades. Assim, esteja em marcha por uma escola do campo, uma EI de crianças do/no campo, considerando a singularidade dos espaços e das crianças. Em suma, uma educação para as infâncias a partir das territorialidades infantis, logo orientada por um currículo na realidade das escolas e da comunidade.

Para fechar este capítulo, optei por trazer um Memorial Fotográfico construído durante o trabalho de campo que compõe este relatório, com o intuito de instigar o leitor em sua interpretação.

Foto 26 e 27 – Caminhos para a escola A



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 28 e 29 – Beira de rio e o trapiche da escola B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 30 e 31 – Crianças em sala, Escola B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 32 e 33 – Chegando ao porto das escolas A e B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 34 e 35 – Momento do lanche, Escola B e A



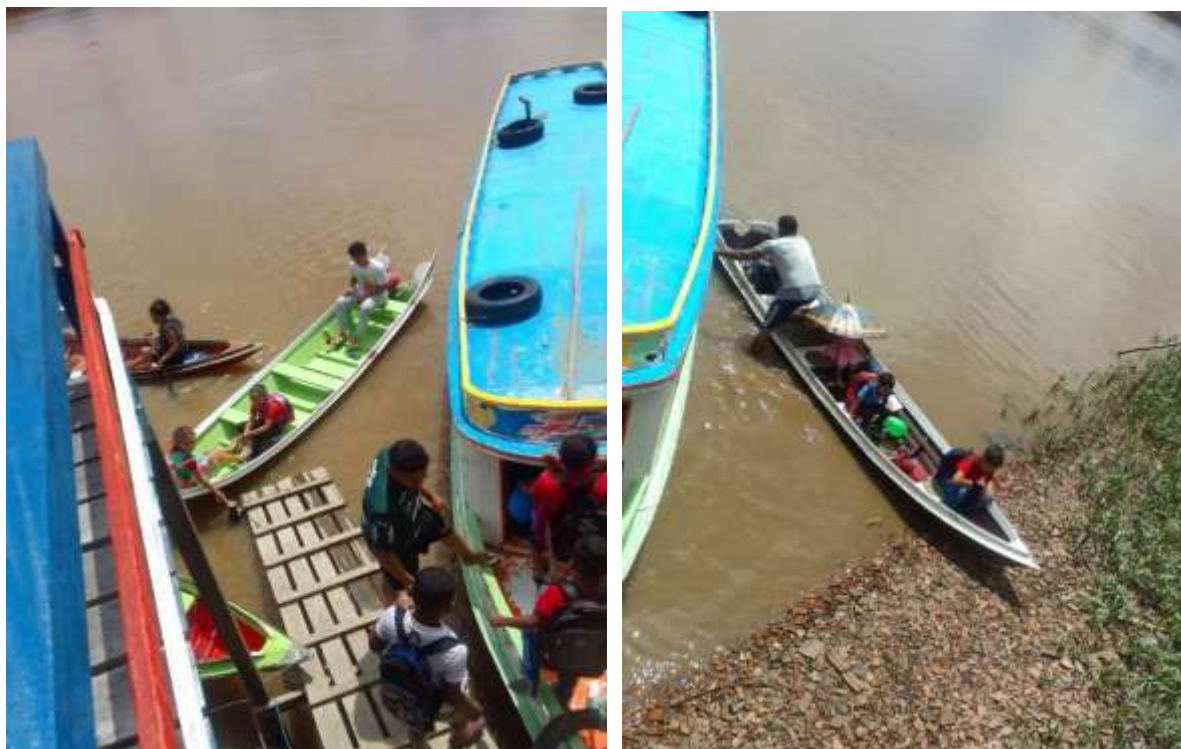
Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 36 e 37 – Momento de saída e entre os livros, Escola B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 38 e 39 – Transporte escolar e familiar, Escola B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 40 e 41 – Caminho da escola, Escola A



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Fotos 42 e 43 – Em sala de aula e de interação com animais, Escola B



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

Foto 44 – Desembarque de crianças na escola A



Fonte: Regiane Correa de Carvalho, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou de discutir sobre as atuais condições do atendimento escolar dispensado as crianças de Educação infantil em contexto rural ribeirinho/quilombola, especialmente olhando os processos vividos pelas Escolas Santa Ana e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nesse sentido, pude vivenciar o cotidiano escolar para fazer este relatório, sabendo que de modo incipiente e precisando de aprofundamento, porque conhecer a fundo todos os aspectos que circunscrevem essa oferta demanda maior tempo e mais estudos.

Contudo, como apontamentos iniciais a partir das minhas observações nas unidades escolares posso dizer que as instituições desenvolvem um ensino dispondo do mínimo exigido, são escolas funcionando em prédios próprios de alvenaria, com infraestrutura física e logística direcionada para este nível de ensino. Que o professorado, mulheres, tem formação superior, magistério e especialização. As escolas dispõem de transporte escolar para o traslado casa-escola das crianças, e a merenda chega.

Das professoras que atendem as crianças da EI nas três turmas nas escolas observadas, apenas a professora da escola A é moradora da localidade (rio Tauerá-Açu), as outras duas que atuam na escola B, residem na sede do município, por isso deslocam-se diariamente para a escola.

Muito ainda precisa ser feito, mas não se pode dizer que não teve avanços na educação das crianças nessas localidades. Sobre isto, duas moradoras, ex-alunas e mães de crianças, se manifestam dizendo que:

*Desde que eu estudei aqui, a escola melhorou muito. O espaço a gente não tinha, ficava tudo amontoado na sala, só tinha uma professora pra todos os alunos, a escola funcionava na barraca da igreja. A gente vinha pelo caminho fugindo dos cachorros, os que não tinham canoa, chegava tudo tuíra e a merenda tinha que levar da casa. Hoje em dia as condições para o estudo são melhores, a escola tem sala, mais professores e o rabeteiros levam as crianças pra escola e a merenda é muito boa (Ilza Vilhena, escola A).*

*A escola melhorou bastante para os nossos filhos, porque quando eu estudava, não tinha tudo o que tem, o espaço está melhor. É claro que precisa melhorar mais ainda, as professoras tem faculdade, tratam nossas crianças bem. Eu ainda aprendi na palmatória, vinha de carona com quem tinha canoa e, hoje, as crianças vem de rabeteiro e, às vezes, o meu filho já chega até almoçado em casa. A escola é muito importante pra nós aqui (Milena, escola A).*

*Agora tá muito melhor pra estudar aqui, porque quando eu estudava não tinha transporte e era só um salão, depois que foi dividido. A gente só vinha pra escola quando sabia nadar, agora o rabeteiro pega cada criança no seu porto e leva pra e escola e volta pra casa em segurança. Ter maternal aqui é muito importante pra nossas crianças, porque elas vêm pra escola nessa idade e aprendem a se desenvolver, pegar o lápis, pintar, meu filho já fala melhor, já sabe pegar o lápis pra pintar, já fala as letras e gosta de vir pra escola ficar com os coleguinhas (Aldalice Lobato, escola B).*

As falas das mães moradoras são ricas de interpretações, e algumas nos escapam nesse momento para fechar este relatório. Elas dizem dos avanços da educação e da atuação das escolas ao longo dos anos. De tudo que pude vivenciar me chamou atenção os pouquíssimos recursos das escolas, embora funcionem todos os dias, e mesmo assim crianças estão lá, cedinho, com sorriso no rosto. Ou seja, se quer escola boa, com qualidade. Não percebi as professoras faltando ao trabalho e labutando pela aprendizagem das crianças.

Também, embora tenha ficado admirada com o empenho dos envolvidos na oferta educacional e com as crianças que gostam da escola, não deixei de ver questões problemáticas, já ditos neste escrito, os recursos pedagógicos escassos, salas inadequadas, acesso restrito a livros, falta de outros espaços pedagógicos como bibliotecas e brinquedotecas, aulas restritas a sala referência negando o direito das crianças à natureza e atividades padronizadas focadas ao ensino da leitura e da escrita. Em síntese, uma escola fora dos padrões de qualidade conforme sinaliza as diretrizes da EI, sobressaindo um currículo dissociado da cultura e dos sujeitos ribeirinhos/quilombolas. Isso me fez retomar as considerações de Brandão (1989), quando afirma que “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura em sua sociedade”. Afirma, o autor, a luta de respeitar os processos, as construções identitárias, a criança como sujeito social que merece ser ouvida, valorizada e vista como também produtora dessa sociedade. Dessa forma, tem direito a educação de qualidade visando o seu desenvolvimento.

Neste trabalho foram levantadas questões centrais que nortearam o seu desenvolvimento, pontuadas a partir do trabalho de campo, quais sejam:

- O contexto rural-ribeirinho dita um tipo de cultura escolar de escolas às margens das águas, cuja cadência se mistura às paisagens, movimentações e ambientes/espços de águas, da terra e das matas/floresta.
- As atuais condições de atendimento escolar, tidas com base nas observações *in loco*, nas duas escolas situadas nos rios Arapapú e Tauerá-Açú, podem ser tomadas em condições mínimas considerando as atuais legislações educacionais e específicas para esses territórios e no tocante à EI.
- Conhecer o perfil das crianças atendidas nas escolas às margens das águas é uma condição fundamental, pois são sujeitos centrais em qualquer proposta pedagógica que se faz democrática e humanizadora. Afinal, pensamos que elas têm práticas e convivências potentes, possuem gramáticas sociais de vida no território, sendo especial suas experiências corporais com a natureza e com as águas.

- As crianças têm um saber que é sedimentado entre pares e nas práticas com os adultos, que passa também pela escola e diversas formas socialização na comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAETETUBA/SEMEC. **Documento Curricular do Município de Abaetetuba - DCMA**. SEMEC, 2019, 373p.

ARROYO, Miguel. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M.G., FERNANDES, B. M. (Org.). **Por uma educação do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, nº2, 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Resolução CNE nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008.

BRASIL. Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** – DCNEI. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL, Lei nº 9394/96, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal, Brasília/DF: Secretária de Edições Técnicas, 2018. 58p.

BRASIL, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília/DF. 2009a. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> . Acesso em 17 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília/DF, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui onde moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educadamente sustentável**. 2. Ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, Carlos, Rodrigues. **Viver um tempo, habitar um espaço: a visita de um antropólogo à geografia**, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Olhar o mundo e ver a criança: ideias e imagens sobre ciclos de vida e círculos de cultura**. Crítica Educativa, Sorocaba/SP, Vol.1, n.1, p. 108-132, jan./jun. 2015.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. v. 18, n. 2, p. 27-54, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, N. 1, Jan./Jun. 2007, P. 11-27.

CARDOSO, Maria Barbara da Costa; HAGE, Salomão Mufarrej. No remanso do contexto ribeirinho quilombola da Amazônia. Abaetetuba/PA: **Margens**, vol.8, nº10, 2014. p.109- 126.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Saberes do cotidiano da criança ribeirinha. In: **Revista Cocar**. Vol.4, n.8, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J., CERIOLLI, P. R., osfs e CALDART, R.S. (Org.). **A Educação do Campo Identidade e Políticas Públicas**. Brasília- DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise do percurso. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7. nº 1, p. 35-64, mar./ jun. 2009.

CAMPOS, Maria Malta. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. In: CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG Fúlvia. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

FREITAS, Maria Natalina; REIS, Maria Izabel ALVES; HAGE, Salomão, Mufarrej. Realidades e desafios da educação infantil do campo na Amazônia paraense. Florianópolis: **Perspectiva**, v. 37, n. 4, 2019.

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In: HAGE, S. F. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. 1. Ed. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda. 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej. **A Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo**. [s. l.: s. n.] 2008.

HAGE, Salomão Mufarrej; CRUZ, Carlos Renilton. Movimento de Educação do Campo na Amazônia Paraense: Ações e Reflexões que articulam Protagonismo, Precarização e Regulação. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. UFSC- Florianópolis, 04 a 08 de outubro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), Cidades e Estados, Estimativas populacionais. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 30 de maio de 2023.

KRAMER, Sônia. A Infância e a singularidade. In: BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2.ed. Brasília: MEC, 2007. p.13-23.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Sueli F; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 9-29.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PACHECO, Adriana; SILVA, Cléria; PASUCH, Jaqueline. **A educação infantil do campo na perspectiva da valorização da criança enquanto sujeito do campo**. [s.n.] Mato Grosso, 2014.

PARÁ, BRASIL, Secretaria Estadual de Educação, Resolução nº769, de 20 de dezembro de 2018, **Documento Curricular para a Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Estado do Pará**. Belém: SEDUC, 2019.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. Cultura, Território e modo de vida ribeirinho. In: POJO, Eliana Campos Toutonge; FREITAS, M. N. M; PEREIRA, R. C. (Org.) **Saberes das águas na Amazônia: conhecimentos tradicionais, processos educativos e culturais de ribeirinhos**. 1. ed. Campinas/SP: Pontes, 2021. p.57- 72.

PEREIRA, Rosenildo da Costa; PEREIRA, Josiele Rodrigues. Educação do campo no município de Abaetetuba/PA: traçando políticas públicas educacionais. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**. Marabá-Pará, v. 2, n. 2, p. 112-126, jul.- dez. 2020.

POJO, Eliana Campos Toutonge, et al. As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Margens**, 8 (11), 176-198, 2014.

POJO, Eliana Campos Toutonge. ‘Mundo rural’ amazônico: dinâmicas e processos na região do baixo Tocantins. In: POJO, E. C. P; FREITAS, M. N. M; PEREIRA, R.C. (Org.) **Saberes das águas na Amazônia: conhecimentos tradicionais, processos educativos e culturais de ribeirinhos**. 1. ed. Campinas/SP: Pontes, 2021. p. 17-40.

ROCHA, Heloisa A C. **A função Social das instituições de Educação Infantil**. Pesquisa em educação infantil no Brasil. Brasília/ DF, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTE, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, M. C. S. [et al.] organizadoras. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SILVA, T. M. D.; PASUCH, J. **A importância da Educação Infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo**. In: BARBOSA, M. C. S. Oferta e Demanda de Educação Infantil do Campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

## ANEXO 1 – TERMOS DE CONSENTIMENTO - CRIANÇAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Kleiverson Cunha Pinheiro  
 Nome do adulto: Cristilene Contente Cunha  
 Assinatura do responsável: Cristilene Contente Cunha  
 Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Livia Helena Costa dos Santos

Nome do adulto: Raylana Guarema Costa

Assinatura do responsável: Raylana Guarema Costa

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
(Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
(Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento a pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Aylla Luiza Ferreira Ferreira

Nome do adulto: Adriana do Socorro Silva Ferreira

Assinatura do responsável: Adriana do S Ferreira

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMÔ DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_ a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT N°18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou renumeração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Livia Liz Vilhena Lehato

Nome do adulto: Priscila Pinheiro Vilhena

Assinatura do responsável: Priscila Pinheiro Vilhena

Abaetetuba, PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO

(Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE

(Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_ a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Isabela Gomes Pereira

Nome do adulto: Elizângela Santos Sena

Assinatura do responsável: Elizângela Santos Sena

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou renumeração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Juliana Rocha dos Santos  
Nome do adulto: Wanessa Barros da Rocha  
Assinatura do responsável: Wanessa Barros Rocha  
Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
(Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
(Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_  
 Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a  
 utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
 e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
 Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
 utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
 dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
 livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
 por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
 e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Maia Helena de Souza Maués.  
 Nome do adulto: Elizabeth Maciel de Souza  
 Assinatura do responsável: Elizabeth Maciel de Souza  
 Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_  
Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a  
 utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
 e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
 Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
 utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
 dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
 livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
 por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
 e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Bruna Sofia Senna Barbosa

Nome do adulto: Eligleize Senna Barbosa

Assinatura do responsável: Eligleize Senna Barbosa

Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_  
Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a  
 utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
 e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
 Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
 utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
 dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
 livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
 por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
 e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Alexsandro Lobato da Costa

Nome do adulto: Mariselma Maciel Lobato

Assinatura do responsável: Mariselma Maciel Lobato

Abaetetuba-PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_  
Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a  
 utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
 e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
 Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
 utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
 dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
 livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
 por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
 e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Ingridy Gisely Pantaja dos Santos

Nome do adulto: Gabriela Matos Pantaja

Assinatura do responsável: Gabriela Matos Pantaja

Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s \_\_\_\_\_, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou renumeração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Guilherme Santos da Costa

Nome do adulto: Milena Santos da Costa

Assinatura do responsável: Milena Santos da Costa

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou renumeração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Gustavo Santos dos Santos

Nome do adulto: Marilene Gomes Santos

Assinatura do responsável: Marilene Gomes Santos

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s-----  
Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge-----, a  
utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: MAXIANO DIAS FONSECA

Nome do adulto: Andréia Dias

Assinatura do responsável: Andréia Dias

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
(Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
(Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou renumeração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Erick Wenderson Wilhena Ribeiro

Nome do adulto: Samara Pinheiro Wilhena

Assinatura do responsável: Edilson dos Santos Ribeiro

Abaetetuba PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s-----  
Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge-----, a  
 utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças  
 e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT  
 Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser  
 utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos,  
 dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor  
 livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros  
 por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito  
 e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Gabriel Maciel Lobato  
 Nome do adulto: Marina Lobato Maciel  
 Assinatura do responsável: marina boboto maciel  
 Abaetetuba/PA, 28 de abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E  
 VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento em abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as e desenhos produzidos para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exposições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Davi Edlienderson Vilhena Ribeiro  
 Nome do adulto: Samara Pinheiro Vilhena  
 Assinatura do responsável: Edelson dos Santos Ribeiro  
 Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023.

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS-FAECS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS, DEPOIMENTOS E VÍDEOS CAPTURADOS

Pelo presente instrumento eu, abaixo identificado (a), autorizo a/s autora/s Regiane Corrêa de Carvalho e Eliana Campos Pojo Toutonge, a utilizar as imagens produzidas para o projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Os desenhos e imagens poderão ser utilizados para fins acadêmicos, de fomento à pesquisa científica em seminários, congressos, dos quais os responsáveis venham participar, sem limitação de tempo e/ou número de exibições.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor(s), a mesma poderá dispor livremente do material, para toda e qualquer modalidade de utilização por si ou por terceiros por ela autorizados. Depois de assinada esta autorização, não caberá a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Nome da criança: Maria Eliza S. Pinheiro

Nome do adulto: Elaine M<sup>o</sup> Brito Sena

Assinatura do responsável: Elaine M<sup>o</sup> Brito Sena

Abaetetuba PA, 28 de Abril de 2023

REGIANE CORRÊA DE CARVALHO  
 (Estudante Colaboradora responsável)

ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE  
 (Coordenadora da Região Baixo Tocantins)

## ANEXO 2 – TERMOS DE CONSENTIMENTOS: ADULTOS, ESCOLA E PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESCOLA)

Eu Sandra Labato Ferreira Belo, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021 Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Que tem como objetivo realizar encontros formativos com crianças e demais moradores tematizando as relações entre cultura e natureza bem como caracterizar as formas de convívio com a cultura amazônica do lugar/comunidade pelas vozes das crianças residentes em territórios rurais da cidade de Abaetetuba, na perspectiva de afirmarem suas infâncias, seus brincades e fazeres.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 3 a 11 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de imagens fotográficas.

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório e em formato de livro, de forma agregada, com informações verdadeiras resguardando o meu nome, o da escola e o nome do município. Fui informado (a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abril de 2023.

Prof. Responsável →  
excluída

Sandra Labato Ferreira Belo  
MATRÍCULA: 08006  
PROFESSORA RESPONSÁVEL  
assinatura

Coordenadora da pesquisa/ Região Baixo Tocantins: Prof.ª Dr.ª. Eliana Campos Pojo Toutinge (UFPA).

Telefone da responsável pela pesquisa: (91) 984939239.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

**TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESCOLA)**

Eu Elizete Brandão dos Santos, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Que tem como objetivo realizar encontros formativos com crianças e demais moradores tematizando as relações entre cultura e natureza bem como caracterizar as formas de convívio com a cultura amazônica do lugar/comunidade pelas vozes das crianças residentes em territórios rurais da cidade de Abaetetuba, na perspectiva de afirmarem suas infâncias, seus brincar e fazeres.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 3 a 11 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de imagens fotográficas.

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório e em formato de livro, de forma agregada, com informações verdadeiras resguardando o meu nome, o da escola e o nome do município. Fui informado (a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abril de 2023.

Elizete Brandão dos Santos  
Professora P.I. P.I.I  
Nome e assinatura

Coordenadora da pesquisa/ Região Baixo Tocantins: Prof.ª Dr.ª Eliana Campos Pojo Toutonge (UFPA).

Telefone da responsável pela pesquisa: (91) 984939239.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESCOLA)

Eu Raphaela Maciel da Costa .....estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021, Que tem como objetivo realizar encontros formativos com crianças e demais moradores tematizando as relações entre cultura e natureza bem como caracterizar as formas de convívio com a cultura amazônica do lugar/comunidade pelas vozes das crianças residentes em territórios rurais da cidade de Abaetetuba, na perspectiva de afirmarem suas infâncias, seus brincares e fazeres.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 3 a 11 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de imagens fotográficas.

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório e em formato de livro, de forma agregada, com informações verdadeiras, resguardando o meu nome, o da escola e o nome do município. Fui informado (a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abril de 2023

Raphaela Maciel da Costa

EMELF SANTA ANA  
Rio Tauari- Açu  
MSP: 1000007

Nome e assinatura

Coordenadora da pesquisa/ Região Baixo Tocantins: Prof.ª Dr.ª Eliana Campos Pojo Tautonge (UFPA).

Telefone da responsável pela pesquisa: (91) 984939239.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS  
 DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT N°18/2021- FAIXA A- GRUPOS  
 EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

COORDENADORA/Região Baixo Tocantins: PROFª DRª ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE

**TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLAREIDO (Famílias)**

Eu Milena Santos da Costa, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense. Que tem como objetivo compreender a cultura infantil bem como as necessidades das famílias e comunidades em relação a Educação Infantil do Campo para crianças de 0 a 5 anos residentes em área rural.

Sei que, como a minha outras famílias participarão da pesquisa. Fui informado(a) também que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem prejuízo nenhum a mim e a meu/ minha filho(a).

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Fui informado(a) que a pesquisa poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também sei que a pesquisa fará registro de imagens fotográficas. Fui informado(a) de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa sendo apenas utilizada nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de abril de 2023.

Milena Santos da Costa

Assinatura do Participante

Regiane Conia de Carvalho

Assinatura da Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

**TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESCOLA)**

Eu Elizangela Santos Sena.....estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Que tem como objetivo realizar encontros formativos com crianças e demais moradores tematizando as relações entre cultura e natureza bem como caracterizar as formas de convívio com a cultura amazônica do lugar/comunidade pelas vozes das crianças residentes em territórios rurais da cidade de Abaetetuba, na perspectiva de afirmarem suas infâncias, seus brincarés e fazeres.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 3 a 11 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de imagens fotográficas.

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório e em formato de livro, de forma agregada, com informações verdadeira- resguardando o meu nome, o da escola e o nome do município. Fui informado (a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abri de 2023

Elizangela Santos Sena

Nome e assinatura

Coordenadora da pesquisa/ Região Baixo Tocantins: Prof.ª Dr.ª Eliana Campos Pojo Toutongue (UFPA).

Telefone da responsável pela pesquisa: (91) 984939239.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL, 2021

COORDENADORA/Região Baixo Tocantins: PROFª DRª ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE

**TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Famílias)**

Eu Ilza Barbosa de Vilhena, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense. Que tem como objetivo compreender a cultura infantil bem como as necessidades das famílias e comunidades em relação a Educação Infantil do Campo para crianças de 0 a 5 anos residentes em área rural.

Sei que, como a minha outras famílias participarão da pesquisa. Fui informado(a) também que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem prejuízo nenhum a mim e a meu/ minha filho(a).

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, à minha escola ou ao município.

Fui informado(a) que a pesquisa poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também sei que a pesquisa fará registro de imagens fotográficas. Fui informado(a) de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa sendo apenas utilizada nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abril de 2023

Ilza Barbosa de Vilhena  
Assinatura do Participante

Regiane Leônia de Carvalho  
Assinatura da Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS  
DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS  
EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

COORDENADORA/Região Baixo Tocantins: PROFª DRª ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE

#### TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLAREIDO (Famílias)

Eu Adalice Gomes Sobato \_\_\_\_\_, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense. Que tem como objetivo compreender a cultura infantil bem como as necessidades das famílias e comunidades em relação a Educação Infantil do Campo para crianças de 0 a 5 anos residentes em área rural.

Sei que, como a minha outras famílias participarão da pesquisa. Fui informado(a) também que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem prejuízo nenhum a mim e a meu/ minha filho(a).

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Fui informado(a) que a pesquisa poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também sei que a pesquisa fará registro de imagens fotográficas. Fui informado(a) de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa sendo apenas utilizada nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de abril de 2023.

Adalice Gomes Sobato \_\_\_\_\_

Assinatura do Participante

Regiane Louisa de Carvalho \_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS- FAEC



AS GRAMÁTICAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIOS DE ÁGUAS DA AMAZÔNIA PARAENSE, CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- FAIXA A- GRUPOS EMERGENTES- UNIVERSAL 2021

**TREMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESCOLA)**

Eu Rosilcia Ribeiro da Silva, estou sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa As gramáticas sociais de crianças e suas infâncias em territórios de águas da Amazônia paraense, chamada CNPQ/MCTI/FNDCT Nº18/2021- Faixa A- Grupos Emergentes- Universal 2021. Que tem como objetivo realizar encontros formativos com crianças e demais moradores tematizando as relações entre cultura e natureza bem como caracterizar as formas de convívio com a cultura amazônica do lugar/comunidade pelas vozes das crianças residentes em territórios rurais da cidade de Abaetetuba, na perspectiva de afirmarem suas infâncias, seus brincar e fazeres.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 3 a 11 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de imagens fotográficas.

Estou ciente de que tenho liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatório e em formato de livro, de forma agregada, com informações verdadeiras, resguardando o meu nome, o da escola e o nome do município. Fui informado (a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações e esclarecimento necessários, nesses termos concordo em participar.

Abaetetuba/PA, 28 de Abril de 2023.

Rosilcia Ribeiro da Silva

Nome e assinatura

Coordenadora da pesquisa/ Região Baixo Tocantins: Prof.ª Dr.ª Eliana Campos Pojo Toughte (UFPA).

Telefone da responsável pela pesquisa: (91) 984939239.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E ENTREVISTA CRIANÇAS

### O QUE OBSERVAR - Escola

1- Condições infra estruturais da instituição.

- N° de salas; - Banheiros, - Água, - Energia elétrica, - Cozinha, - Biblioteca, espaços abertos

### 2- Pessoal

- N° de funcionários, - Coordenação Pedagógica e direção, - Merendeiras, - Vigias

- Rabeteiros (transporte escolar)

### 3- Prática Educativa

Projeto Político Pedagógico (PPP); - Materiais pedagógicos (livros, brinquedos), Merenda escolar, - Número de turmas, de alunos e de alunos da ed. Infantil, Cotidiano ribeirinho no currículo (lugar).

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – Crianças

**Orientação Inicial. Explicar da pesquisa com linguagem simples.** Você gostaria de contribuir com a pesquisa? Se sim, escreva o seu nome ou faça um desenho sinalizando que você aceita. **Como deseja ser identificada? (se seu nome, apelido ou pseudo-nome)**

**Nome:**

**Idade:**

. Como é o nome da comunidade? O que você mais gosta no lugar?

. Qual o sentido das águas/rio nas suas atividades (brincar, ir para escola, viajar etc.)?

. O que você acha da escola? Do que mais gosta de fazer na escola? (que espaços, atividades, pessoas)

. O que você traz para a escola? (saber, objeto, brincadeira etc.)

. O que você acha que precisa para melhorar a escola?

## APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA – ADULTOS FUNCIONARIOS DA ESCOLA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – Adultos (Funcionários da escola)

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Situação Profissional:**

**Tempo de serviço:**

- . O que é a escola? Qual sua importância na comunidade? O que você sabe da comunidade?
- . Como você observa o atendimento da/na escola? (estrutura, pessoal, aprendizado, olhar para as crianças, relação com a comunidade etc.)
- . Sobre o cotidiano da comunidade, que relação há entre a escola e o contexto ribeirinho?
- . Qual a importância das águas/rio na vida da comunidade? *inflência*
- . Quem são as crianças de EI para você? (o que sabem, o que trazem? Como vivem? Como chegam na escola? O que gostam? Do que brincam? etc.)
- . Qual a importância da educação dos pequenos (da Educação Infantil)?
- . Como você desenvolve sua prática educativa dentro das reais condições da escola? O que é fundamental na prática educativa na EI?
- . O que você acha que precisa para melhorar a escola e, conseqüentemente sua prática educativa?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ADULTOS (MÃES E MORADORES DA COMUNIDADE)

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – Adultos (Morador da comunidade)

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Escolaridade:**

- . O que é a escola? Qual sua importância na comunidade?
- . Conte um pouco da vida da comunidade (identificação, lideranças, manifestação cultural, produção, conflitos, lazer etc.
- . Como você observa o atendimento da/na escola? (estrutura, pessoal, aprendizado, olhar para as crianças, relação com a comunidade etc.)
- . Sobre o cotidiano da comunidade, que relação há entre a escola e o contexto ribeirinho (de águas)?
- . Qual a importância das águas/rio na vida local, da comunidade?
- . Quem são as crianças de EI para você? (o que sabem, o que trazem? Como vivem? Como chegam na escola? O que gostam? Do que brincam? etc.)
- . O que você acha que precisa para melhorar a escola?

#### TRABALHO DE CAMPO, CONTEMPLANDO:

**Tarefa 1.** Observação (contemplando registro fotográfico e suas anotações num caderno de campo)

**Tarefa 2.** Entrevistas (contemplando conversas informais e expressões rápidas)

**Tarefa 3.** Solicitar para as crianças (04 e 05 anos) em grupo ou individual, produzam desenhos com os temas: água e lugar; escola (nessa construção cabe solicitar que a criança narre sua produção/desenho, nesse momento registrar/gravar/anotar suas explicações e definições do que foi produzido)

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E ENTREVISTA (CRIANÇAS E ADULTOS).

### ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO E ENTREVISTAS

#### O QUE OBSERVAR - Crianças

- 1- As interações que ocorrem na escola concernente as ações infantis em relação ao ato de estudar. (do que brincam)
- 2- As práticas sociais das crianças que chegam à escola. (linguajares, saberes, símbolos, expressões, brincadeiras etc.)
- 3- O que sabem e dizem sobre a escola
- 4- Como se socializam na escola e na comunidade. Como se relacionam entre si, e com os adultos (professores e demais funcionários)
5. O que dizem sobre a natureza do lugar e como se relacionam com o ambiente que as cerca, sua relação com a água e os demais espaços.
6. Como chegam à escola, e o trânsito entre escola e comunidade. Com quem? Que transporte? O que acontece durante o percurso.
7. O que dizem das águas/rios durante as atividades que realizam.

#### O QUE OBSERVAR – Adultos (educadores e pais)

- 1- O que os usuários da escola dizem sobre ela. Sobre as práticas infantis na escola, o processo educativo.
- 2- As características das práticas educativas desenvolvidas, com ênfase ao aprendizado das crianças.
- 3- Se há ou não interação entre as crianças, o lugar e a escola
- 4- A importância da escola e a educação infantil na comunidade.
- 5- O que dizem das águas/rio na vida da comunidade.